



**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO  
Nº 1203002/2026/PMTA**

# **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**OBJETO DE ESTUDO:  
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS.**

**MARÇO/ABRIL DE 2026, TOMÉ-AÇU/PA**

**Prefeitura Municipal de Tomé-Açu/PA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

## SUMÁRIO

1. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
2. **ÓRGÃOS DEMANDANTES**
3. **DA ISENÇÃO DO LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP**
  - 3.1. Origem dos itens para este processo
4. **PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**
5. **MOTIVAÇÃO/OBJETIVO**
  - 5.1. Necessidade dos itens em face da realidade territorial do Município
  - 5.2. Problemática a ser resolvida sob a perspectiva do interesse público
6. **NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS**
  - 6.1. Natureza do objeto – bens comuns
7. **DA QUANTIDADE**
8. **COMPOSIÇÕES DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO**
  - 8.1. Especificações mínimas para os itens selecionados para esta contratação
    - 8.1.1. Especificação técnica – veículo tipo Van/Micro-ônibus
    - 8.1.2. Especificação técnica – veículo tipo Caminhonete Cabine Dupla 4x4
  - 8.2. Considerações sobre a seleção dos itens
  - 8.3. Análise do ciclo de vida do objeto
  - 8.4. Recomendações quanto à utilização dos itens
  - 8.5. Normas técnicas e certificações dos itens
  - 8.6. Da garantia dos itens
  - 8.7. Do emplacamento e regularização dos veículos
9. **ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**
  - 9.1. Justificativa técnica para a não adoção do Sistema de Registro de Preços
  - 9.2. Forma eletrônica
  - 9.3. Tipo e critério de avaliação: menor preço por item
10. **ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS**
11. **PESQUISA MERCADOLÓGICA – CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO FORNECEDOR DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU**
  - 11.1. Pesquisa de mercado – âmbito regional
12. **APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS**
  - 12.1. Da não aplicação de cota reservada e de itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte
13. **CONTRATAÇÕES SIMILARES**
14. **MEDIDAS MITIGADORAS ADOTADAS NO CERTAME**
15. **RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**
  - 15.1. Da subcontratação
16. **RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**
17. **PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**
18. **INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
19. **ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL DE CONTRATO**
20. **IMPACTO AMBIENTAL**
21. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**
22. **MAPA DE RISCO**
23. **ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**
24. **CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS DE PLANEJAMENTO**
25. **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**
26. **APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**  
**Processo Administrativo nº 1203002/2026/PMTA**

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar elaborado no período de 16 de março de 2025 a 08 de abril de 2026, com vistas à instrução de processo licitatório destinado a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Tomé-Açu.

**1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Decretos Municipais nº 046/2023, 054/2023, 055/2023, 056/2023, 059/2023, 060/2023, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 e alterações posteriores. Este documento busca centralizar e justificar e apresentar a solução mais viável para a licitação em questão. Ao longo deste estudo será abordado pontos pertinentes à tramitação e vantajosidade.

*Art. 18, lei 14.133/2021 § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)*

Destaca-se, ainda, a observância aos princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de planejamento estabelecidas no art. 6º, inciso XX, do referido diploma legal, reforçando a necessidade de adequada instrução processual e planejamento da contratação.

**2. ÓRGÃOS DEMANDANTES**

Fica definida como órgão demandante e responsável pela formalização da necessidade da contratação a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED**, a quem compete a identificação da demanda, a justificativa da contratação e a definição das especificações do objeto.

A condução, gerenciamento e acompanhamento dos procedimentos licitatórios ficarão sob responsabilidade do Departamento de Licitações e Contratos, unidade administrativa competente para a operacionalização do certame.

**3. DA ISENÇÃO DO LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP**

Considerando a natureza específica da presente contratação, bem como a necessidade de atendimento direto e imediato às demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, não se mostra adequada a realização de procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP.

A aquisição pretendida possui características próprias, vinculadas às necessidades operacionais e administrativas da SEMED, especialmente no que se refere ao atendimento das rotinas institucionais, apoio às atividades educacionais e deslocamento de equipes, não havendo, neste contexto, indicativo de vantajosidade na ampliação da disputa para outros órgãos ou entidades.

Ademais, a realização de IRP poderia acarretar dilação desnecessária no trâmite processual, comprometendo a celeridade exigida para o atendimento da demanda, sem que haja ganho efetivo em economia de escala ou competitividade.

Dessa forma, justifica-se a não realização da Intenção de Registro de Preços – IRP, por ausência de benefício à Administração Pública, mantendo-se o foco na contratação direta e eficiente para atendimento das necessidades específicas da SEMED.

### **3.1. ORIGEM DOS ITENS PARA ESTE PROCESSO:**

A definição dos itens que compõem o presente processo de contratação teve origem integral na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, na condição de unidade demandante, a qual, no exercício de suas atribuições administrativas e operacionais, procedeu à identificação, mensuração e consolidação de suas necessidades institucionais.

A demanda foi formalizada por meio de Documento de Formalização da Demanda (DFD), devidamente elaborado pela Secretaria, no qual constam a descrição dos objetos pretendidos, as justificativas técnicas, a estimativa de quantitativos e a caracterização das necessidades a serem atendidas, considerando as atividades desempenhadas no âmbito da rede municipal de ensino.

Ressalta-se que a apuração dos quantitativos e a definição das especificações dos itens foram realizadas pela unidade demandante com base em critérios técnicos, operacionais e logísticos, levando em consideração a realidade territorial do Município, a extensão da rede escolar, as rotinas administrativas da pasta e a necessidade de garantir continuidade, eficiência e segurança na execução dos serviços públicos educacionais.

O referido DFD foi encaminhado ao Departamento de Licitações para prosseguimento das etapas de planejamento da contratação, servindo como base para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e demais atos necessários à instrução processual.

Dessa forma, registra-se que a responsabilidade pela definição da necessidade, dos quantitativos e das especificações dos itens é da Secretaria demandante, cabendo ao setor de licitações a condução dos procedimentos administrativos subsequentes, em conformidade com a legislação vigente.

#### **4. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

A elaboração do Plano Anual de Contratações tem como objetivo alinhar as propostas de aquisições das Secretarias e dos ordenadores de despesas às reais necessidades da Administração Pública, bem como identificar oportunidades de racionalização de custos, padronização de bens e melhoria dos processos de trabalho. O Plano de Contratações fortalece a governança e a gestão da aplicação dos recursos públicos, atendendo aos princípios da transparência, do planejamento e da prestação de contas, além de permitir a mitigação de riscos inerentes aos processos de compras públicas.

O Plano de Contratações Anual – PCA, referente ao exercício de 2026, encontra-se em fase de elaboração pela Administração Municipal, observando o fluxo de planejamento estabelecido e em consonância com o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

Não obstante, a aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED já se encontra alinhada ao planejamento institucional do Município, por se tratar de demanda recorrente, previsível e essencial ao funcionamento das atividades administrativas, pedagógicas e logísticas da pasta, decorrente da necessidade de fortalecimento da capacidade operacional, ampliação da frota própria, substituição de soluções precárias atualmente adotadas e adequação às condições geográficas e territoriais do município.

A inclusão deste objeto no planejamento decorre da necessidade de assegurar condições adequadas de mobilidade institucional, garantindo segurança, eficiência, continuidade dos serviços e capacidade de atendimento às unidades escolares, especialmente aquelas localizadas em áreas rurais e de difícil acesso. A contratação contempla a aquisição de veículos com características distintas e complementares, sendo caminhonetes pick-up 4x4, voltadas ao atendimento em terrenos adversos e transporte de carga e equipes reduzidas, e VAN/MICRO-ÔNIBUS, destinado ao transporte coletivo de servidores, permitindo maior eficiência logística e racionalização dos deslocamentos institucionais.

Ademais, a contratação planejada contribui diretamente para a economicidade, padronização e eficiência dos gastos públicos, evitando a dependência contínua de locações, a fragmentação de contratações ao longo do exercício e a realização de despesas emergenciais, ao mesmo tempo em que promove a organização da frota, melhora a previsibilidade orçamentária e assegura maior controle sobre os ativos públicos.

## 5. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO

A presente contratação tem por objetivo suprir uma necessidade estrutural da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, cuja capacidade operacional encontra-se comprometida pela insuficiência de veículos próprios capazes de atender, de forma eficiente e contínua, às demandas administrativas, pedagógicas e logísticas da pasta. Atualmente, a Secretaria depende, em grande medida, de veículos locados ou do compartilhamento eventual com outros órgãos, situação que restringe a autonomia institucional, dificulta o planejamento das ações e compromete a execução de atividades essenciais que exigem deslocamento imediato, regular e seguro em todo o território municipal.

O funcionamento da SEMED envolve atividades permanentes e de alta relevância, que demandam mobilidade constante, tais como acompanhamento técnico-pedagógico das unidades escolares, visitas de supervisão, deslocamento de equipes para monitoramento de obras e reformas, entrega de mobiliários e insumos educacionais, além do atendimento a demandas emergenciais relacionadas ao funcionamento das escolas. Essas atividades se distribuem por todo o território de Tomé-Açu, caracterizado por significativa extensão geográfica, com grande número de unidades escolares localizadas em áreas rurais, comunidades tradicionais, territórios indígenas, quilombolas e demais localidades de difícil acesso, muitas das quais dependem de estradas vicinais, ramais não pavimentados e trechos com condições adversas de trafegabilidade.

Nesse cenário, a aquisição de caminhonetes pick-up 4x4 mostra-se imprescindível para assegurar o deslocamento em áreas de difícil acesso, garantindo robustez, tração adequada, capacidade de carga e segurança operacional. Contudo, além dessa necessidade já consolidada, verifica-se também a existência de demandas institucionais que não são plenamente atendidas por esse tipo de veículo, especialmente aquelas que envolvem o transporte simultâneo de múltiplos servidores ou equipes completas.

Dessa forma, insere-se no presente processo a aquisição de veículo do tipo VAN/MICRO-ÔNIBUS, cuja finalidade é atender às demandas de transporte coletivo institucional da SEMED, ampliando significativamente a capacidade logística da Secretaria. A necessidade desse veículo decorre da frequência com que a pasta realiza atividades que exigem o deslocamento conjunto de equipes técnicas, pedagógicas e administrativas, tais como formações continuadas, capacitações, reuniões descentralizadas, ações integradas nas escolas, mutirões educacionais, visitas técnicas ampliadas e demais atividades que demandam presença simultânea de múltiplos profissionais.

A inexistência de veículo próprio com essa capacidade implica, atualmente, na necessidade de utilização de múltiplos veículos menores ou na dependência de serviços terceirizados, o que eleva custos operacionais,



fragmenta o deslocamento das equipes, reduz a eficiência logística e pode comprometer a coordenação das ações institucionais. A aquisição de uma VAN/MICRO-ÔNIBUS permitirá a centralização do transporte dessas equipes, promovendo maior racionalidade administrativa, redução de custos indiretos e maior eficiência na execução das atividades.

Sob a perspectiva técnica, a contratação contempla, portanto, uma solução integrada e complementar, composta por veículos com finalidades distintas, porém convergentes:

- As caminhonetes pick-up 4x4, destinadas ao atendimento em áreas rurais e de difícil acesso, com foco em robustez, tração e transporte de carga e equipes reduzidas;
- A VAN/MICRO-ÔNIBUS, destinada ao transporte coletivo de servidores, garantindo conforto, segurança e eficiência nos deslocamentos institucionais de maior escala.

Do ponto de vista econômico, a opção pela aquisição definitiva dos veículos, em substituição à locação contínua, fundamenta-se na melhor relação custo-benefício ao longo do tempo, considerando a eliminação de despesas recorrentes com aluguel, a incorporação dos bens ao patrimônio público, a possibilidade de utilização contínua conforme a necessidade da Administração e a redução de riscos relacionados à indisponibilidade de veículos por fatores externos.

Sob o aspecto operacional, os benefícios são expressivos, destacando-se a ampliação da autonomia da SEMED, a disponibilidade permanente de frota própria, a redução de atrasos e interrupções nos atendimentos às unidades escolares, a otimização do transporte de equipes e materiais, bem como a melhoria das condições de segurança para servidores e usuários dos serviços públicos.

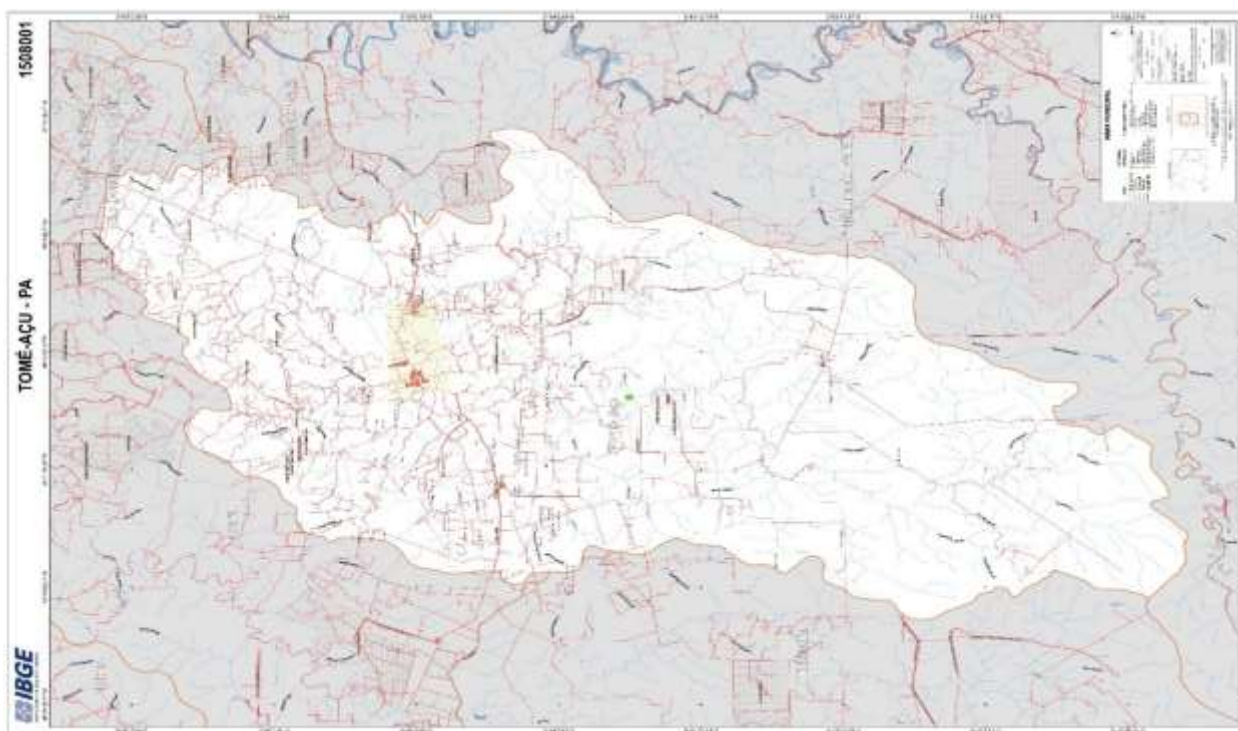
Adicionalmente, a presente contratação contribui diretamente para o fortalecimento da política educacional do município, ao viabilizar maior presença técnica da Secretaria nas unidades escolares, especialmente nas localidades mais distantes, garantindo acompanhamento contínuo das atividades pedagógicas, monitoramento das condições estruturais das escolas e resposta mais célere às demandas da rede.

Diante desse contexto, a aquisição das caminhonetes pick-up 4x4 e da VAN/MICRO-ÔNIBUS configura-se como medida necessária, estratégica e alinhada ao interesse público, assegurando maior eficiência administrativa, economicidade, continuidade dos serviços e qualidade na prestação das ações educacionais desenvolvidas pela SEMED no Município de Tomé-Açu.

## 5.1. NECESSIDADE DOS ITENS EM FACE DA REALIDADE TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

A necessidade dos itens propostos no presente processo de contratação decorre diretamente das características territoriais, logísticas e operacionais do Município de Tomé-Açu/PA, as quais impõem à Secretaria Municipal de Educação – SEMED um elevado grau de exigência quanto à mobilidade institucional.

Conforme demonstrado, o município apresenta ampla extensão territorial, com predominância de áreas rurais, comunidades dispersas e uma malha viária composta majoritariamente por estradas vicinais não pavimentadas, ramais estreitos e rotas de difícil acesso. Esse cenário implica deslocamentos frequentes e prolongados por trechos com condições adversas de trafegabilidade, especialmente durante o período chuvoso, quando há ocorrência de lama, atoleiros, alagamentos e redução significativa da aderência do solo.



Diante dessa realidade, evidencia-se que a utilização de veículos convencionais ou de baixa capacidade estrutural não atende às necessidades da SEMED, sendo imprescindível a adoção de solução que contemple veículos com maior robustez, tração adequada e capacidade de operação em terrenos irregulares. Nesse contexto, as caminhonetes pick-up 4x4 configuram-se como elemento essencial para garantir o acesso às unidades escolares localizadas em áreas rurais, assegurando o deslocamento seguro de equipes técnicas, bem como o transporte de materiais, equipamentos e insumos necessários ao funcionamento da rede educacional.



Paralelamente, a realidade territorial do município também impõe a necessidade de otimização dos deslocamentos institucionais, especialmente quando se trata da mobilização de equipes completas para atuação em campo. A dispersão geográfica das escolas e a necessidade de presença simultânea de profissionais em determinadas ações tornam ineficiente a utilização de múltiplos veículos de pequeno porte, elevando custos e dificultando a coordenação das atividades.

Nesse sentido, a aquisição de veículo do tipo VAN/MICRO-ÔNIBUS mostra-se igualmente necessária, pois possibilita o transporte coletivo de servidores de forma organizada, segura e economicamente mais vantajosa, reduzindo a fragmentação dos deslocamentos e promovendo maior eficiência logística. Esse tipo de veículo é especialmente relevante para ações como formações descentralizadas, visitas técnicas ampliadas, acompanhamento de múltiplas unidades escolares em uma mesma rota e execução de atividades que demandam atuação conjunta de equipes.

Importante destacar que a necessidade desses veículos se intensifica no período conhecido como inverno amazônico, compreendido entre os meses de dezembro e maio, quando as condições das vias rurais se deterioram significativamente. Esse período coincide com o início do ano letivo, momento em que a SEMED precisa intensificar suas atividades operacionais, incluindo distribuição de materiais, organização das unidades escolares, acompanhamento pedagógico e verificação das condições estruturais das escolas.

Para reforçar visualmente esse cenário destaca-se o acesso à Vila São João que fica localizada a escola São João, trecho lamacento que dá acesso à comunidade

A ausência de veículos adequados nesse contexto compromete diretamente a capacidade de atuação da Secretaria, podendo ocasionar atrasos, falhas no atendimento às unidades escolares e prejuízos à organização do calendário educacional.



Vista de Satélite da comunidade é possível notar que é cercada por vias vicinais não pavimentadas:



Realidade que se repete para muitas escolas no território municipal, como por exemplo as escolas E.M.E.I.F Mariquita Rosário, Escola polo NS Aparecida, no ramal Ubim e a E.M.E.I.F São Marcos:



Dessa forma, a aquisição das caminhonetes pick-up 4x4 e da VAN/MICRO-ÔNIBUS não se configura como mera ampliação de frota, mas sim como medida necessária e estratégica para adequar a estrutura de mobilidade da SEMED à realidade territorial do Município de Tomé-Açu, garantindo condições efetivas para a execução das políticas públicas educacionais.

Assim, resta evidenciado que os itens propostos estão diretamente vinculados às condições geográficas, climáticas e operacionais do município, sendo indispensáveis para assegurar eficiência administrativa, continuidade dos serviços públicos e atendimento adequado às unidades escolares distribuídas no território municipal.

## **DISTÂNCIA ENTRE O DISTRITO DE QUATRO BOCAS E A SEDE MUNICIPAL**

Outro aspecto relevante a ser considerado na análise da necessidade dos itens refere-se à localização estratégica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que se encontra instalada no Distrito de Quatro Bocas, e não na sede administrativa do Município de Tomé-Açu.

O referido distrito configura-se como um importante polo administrativo e logístico, porém está situado a uma distância aproximada de 20 (vinte) minutos de deslocamento até a sede do município, considerando condições normais de tráfego. Esse fator, por si só, já impõe a necessidade de deslocamentos frequentes entre o distrito e a sede, tanto para fins administrativos quanto para articulação institucional com outros órgãos da Administração Pública.

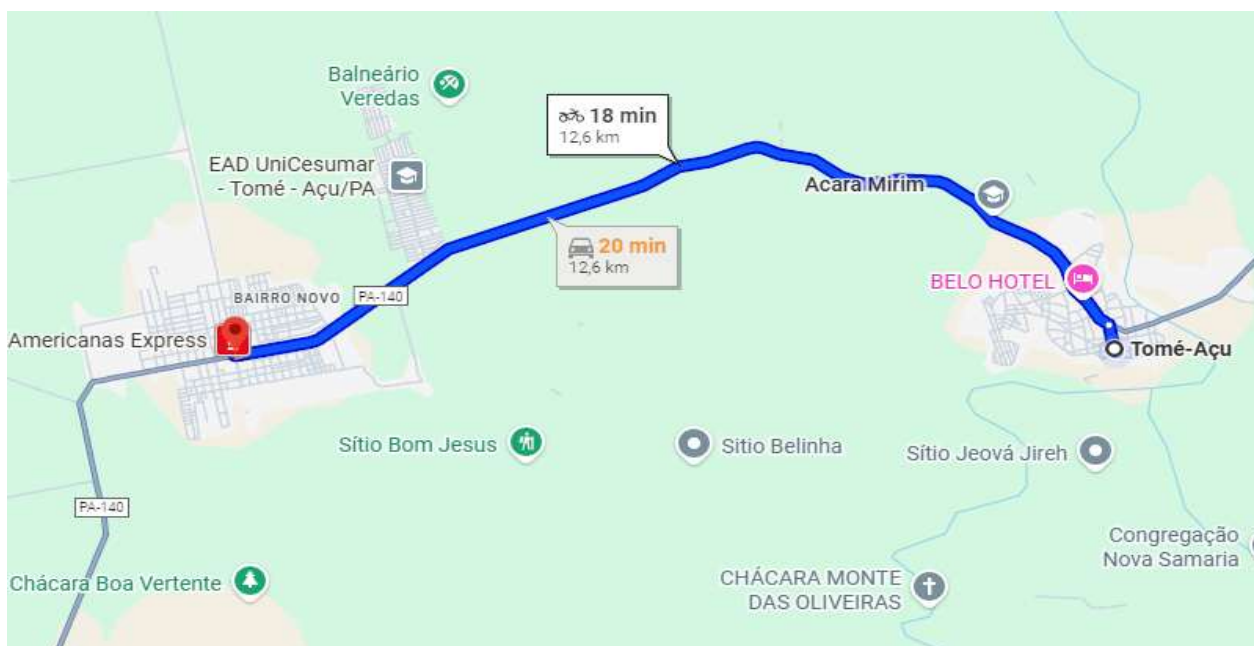
Essa dinâmica gera uma demanda contínua de mobilidade, que se soma às demais necessidades já existentes de deslocamento para as áreas rurais e comunidades mais distantes, ampliando significativamente a carga operacional sobre a frota da SEMED. Na prática, a Secretaria precisa atender simultaneamente:

- ✓ Demandas internas no Distrito de Quatro Bocas;
- ✓ Deslocamentos regulares até a sede municipal;
- ✓ Atendimento às unidades escolares distribuídas em todo o território, especialmente na zona rural.

Essa configuração territorial fragmentada exige uma estrutura de mobilidade eficiente, capaz de suportar deslocamentos constantes, muitas vezes realizados em sequência, sem comprometer a disponibilidade dos veículos para outras demandas institucionais.

Adicionalmente, é importante destacar que o deslocamento entre Quatro Bocas e a sede municipal também pode ser impactado por condições climáticas e de tráfego, o que reforça a necessidade de veículos confiáveis, com bom desempenho e disponibilidade contínua, evitando interrupções nas atividades administrativas e educacionais.

Dessa forma, a localização da SEMED fora da sede municipal constitui fator relevante na definição da necessidade da frota, contribuindo diretamente para a justificativa da aquisição dos veículos propostos, os quais permitirão maior autonomia, agilidade e eficiência na execução das atividades institucionais.



## 5.2. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO):

A problemática central que fundamenta a presente contratação reside na insuficiência estrutural da frota da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a qual se mostra inadequada para atender, de forma contínua, eficiente e segura, às demandas operacionais da rede municipal de ensino, especialmente diante das características geográficas e logísticas do Município de Tomé-Açu.

Atualmente, a ausência de veículos próprios em quantidade e tipologia adequadas compromete a execução de atividades essenciais da Secretaria, gerando dependência de soluções temporárias, como locações ou compartilhamento de veículos com outros órgãos, o que resulta em limitações operacionais, atrasos no atendimento das demandas e redução da capacidade de atuação institucional.

Essa fragilidade estrutural impacta diretamente ações estratégicas da política educacional, tais como o acompanhamento técnico-pedagógico das unidades escolares, o monitoramento de indicadores educacionais, a fiscalização de obras e reformas, a entrega de materiais e insumos, bem como o atendimento de ocorrências emergenciais. Em um município com significativa dispersão territorial e predominância de unidades escolares situadas em áreas rurais e de difícil acesso, a indisponibilidade de veículos adequados compromete a presença efetiva da gestão educacional nas escolas, fragilizando o controle, a supervisão e a qualidade dos serviços prestados.



No que se refere às condições de deslocamento, grande parte das rotas é realizada por estradas vicinais não pavimentadas, com presença de trechos críticos, especialmente no período chuvoso, o que exige veículos com maior capacidade de tração, resistência e confiabilidade. A inexistência de veículos com essas características eleva o risco de interrupções, atrasos, falhas mecânicas e situações de insegurança para os servidores.

Paralelamente, observa-se a inexistência de solução adequada para o transporte coletivo institucional, uma vez que a SEMED não dispõe de veículo com capacidade suficiente para o deslocamento simultâneo de equipes técnicas e administrativas. Tal limitação obriga a fragmentação das equipes em múltiplos veículos, quando disponíveis, ou a contratação indireta de serviços, resultando em ineficiência logística, aumento de custos operacionais e dificuldade na coordenação das ações institucionais.

Essa realidade compromete, inclusive, a realização de atividades estratégicas, como formações continuadas, reuniões descentralizadas, ações integradas nas escolas e demais iniciativas que exigem a presença conjunta de equipes, prejudicando a articulação e a efetividade das políticas públicas educacionais.

Sob a perspectiva do interesse público, a manutenção desse cenário implica em prejuízos diretos à eficiência administrativa, à economicidade dos recursos públicos e à qualidade do serviço educacional ofertado à população, além de comprometer princípios fundamentais da Administração Pública, como a continuidade do serviço público, a eficiência e a supremacia do interesse coletivo.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de adoção de solução estruturante, por meio da aquisição de veículos próprios, incluindo caminhonetes pick-up 4x4 e VAN/MICRO-ÔNIBUS, capazes de suprir, de forma integrada, as demandas de deslocamento individual e coletivo da SEMED, garantindo condições adequadas para o pleno funcionamento das atividades educacionais no Município de Tomé-Açu.

## **6. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS**

A presente contratação não possui natureza continuada, uma vez que seu objeto consiste na aquisição de veículos automotores, classificados como bens permanentes, destinados ao fortalecimento da estrutura operacional da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

A demanda caracteriza-se como aquisição pontual de bens, voltada ao suprimento de deficiência estrutural da frota municipal, com a finalidade de garantir condições adequadas para o desempenho das atividades administrativas, pedagógicas e logísticas da Secretaria.



Os veículos a serem adquiridos – compreendendo caminhonetes pick-up 4x4 e veículo do tipo VAN/MICRO-ÔNIBUS – destinam-se à incorporação ao patrimônio público, sendo utilizados conforme as necessidades institucionais da Administração, sem que haja obrigatoriedade de fornecimento contínuo.

Ainda que a utilização dos veículos pela Administração ocorra de forma contínua, em razão da permanência das atividades da SEMED, tal circunstância não altera a natureza jurídica da contratação, que permanece caracterizada como aquisição de bens permanentes, afastando-se, de forma inequívoca, sua classificação como contratação de natureza continuada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Em razão dessa natureza, a contratação poderá ser formalizada com vigência compatível com o prazo necessário à entrega dos bens, podendo, quando adotado o Sistema de Registro de Preços, possuir vigência de até 12 (doze) meses, exclusivamente para possibilitar o atendimento das demandas administrativas ao longo do período, sem que isso implique continuidade da contratação, mas apenas previsão temporal para fornecimento sob demanda.

Assim, o modelo de contratação adotado revela-se juridicamente adequado à natureza do objeto, proporcional às necessidades administrativas identificadas e compatível com o planejamento institucional do Município, preservando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.

#### **6.1. NATUREZA DO OBJETO – BENS COMUNS**

Os bens que compõem o objeto da presente contratação, consistentes em veículos automotores (caminhonetes pick-up 4x4 e veículo do tipo VAN/MICRO-ÔNIBUS), classificam-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e características técnicas podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais, padronizadas e amplamente praticadas no mercado.

A natureza do objeto permite descrição clara, precisa e comparável entre os fornecedores, considerando critérios objetivos como: potência do motor, tipo de tração, capacidade de carga, número de ocupantes, tipo de combustível, itens de segurança, consumo, dimensões, tecnologia embarcada, garantia de fábrica e conformidade com normas técnicas e regulamentações aplicáveis, o que possibilita a avaliação isonômica das propostas, sem margem para subjetividade técnica excessiva.

O entendimento acerca da caracterização de bens comuns abrange produtos amplamente ofertados no mercado, com características padronizáveis e fornecimento regular por diversos fabricantes e concessionárias, cuja comparação se dá essencialmente por parâmetros objetivos de qualidade e preço, conforme entendimento consolidado dos órgãos de controle, a exemplo do Tribunal de Contas da União – TCU.

No caso específico desta contratação, os itens demandados não envolvem desenvolvimento sob medida, inovação tecnológica exclusiva ou solução técnica singular, mas sim veículos produzidos em escala industrial, com especificações previamente definidas e amplamente disponíveis no mercado nacional, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Administração Pública Municipal, o que afasta sua classificação como bens especiais.

Ademais, o objeto limita-se à aquisição de bens permanentes, não envolvendo qualquer obrigação acessória que altere sua natureza, sendo o fornecimento realizado conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, com entrega nos prazos e quantitativos definidos pela Administração.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se plenamente alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021, estando adequada ao tratamento conferido aos bens comuns, permitindo a adoção de procedimento competitivo com critérios objetivos de julgamento e assegurando a observância dos princípios da legalidade, isonomia, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **7. DA QUANTIDADE**

A definição da quantidade a ser adquirida deve observar a realidade territorial de Tomé-Açu e as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. O Município possui extensa área geográfica, e com o total de 88 escolas distribuídas entre a zona urbana e diversas regiões rurais, muitas delas localizadas a longas distâncias da sede administrativa e acessíveis por estradas de terra, ramais estreitos e vias que se tornam precárias no período chuvoso. Esse cenário impõe à SEMED a necessidade de manter deslocamento contínuo de equipes pedagógicas, técnicas e administrativas, muitas vezes de forma simultânea, além de assegurar o transporte adequado de materiais, mobiliários, equipamentos e insumos educacionais.

A Secretaria, atualmente, dispõe apenas de 01 veículo próprio em condições operacionais, uma caminhonete 4x4 cabine dupla ano 2011, e conta com 05 veículos menores locados, número insuficiente para atender a totalidade das demandas distribuídas no território. O uso de frota alugada, além do custo recorrente que representa ao erário, não garante disponibilidade contínua, tampouco a robustez necessária para percorrer

rotas rurais que exigem tração integral e mecânica reforçada, comprometendo a eficiência das ações e a segurança dos servidores.

Considerando esse cenário, a aquisição de 03 (três) veículos do tipo caminhonete pick-up, de porte médio, 4x4, zero quilômetro, cabine dupla, revela-se quantitativo suficiente para suprir a necessidade atual da SEMED no que se refere ao deslocamento em áreas de difícil acesso. A incorporação dessas unidades amplia significativamente a capacidade de mobilidade da Secretaria, garantindo presença técnica constante nas unidades escolares, maior agilidade no atendimento às demandas emergenciais e capacidade de transporte de materiais essenciais à manutenção da rede educacional.

Entretanto, além da necessidade já evidenciada quanto aos veículos de tração, verifica-se também uma lacuna operacional relevante no que se refere ao transporte coletivo institucional, uma vez que a SEMED não dispõe de veículo com capacidade adequada para o deslocamento simultâneo de equipes técnicas e administrativas. Atualmente, essa demanda é suprida de forma improvisada, por meio da utilização de múltiplos veículos menores ou da dependência de soluções externas, o que resulta em fragmentação das equipes, aumento de custos operacionais, dificuldade de coordenação das ações e redução da eficiência logística.

Diante disso, inclui-se no presente processo a aquisição de 01 (uma) VAN/MICRO-ÔNIBUS, com capacidade compatível ao transporte coletivo de servidores, destinada a atender às demandas de deslocamento conjunto de equipes para atividades institucionais, tais como formações continuadas, reuniões descentralizadas, visitas técnicas ampliadas, ações integradas nas unidades escolares, mutirões educacionais e demais atividades que exigem mobilização simultânea de múltiplos profissionais.

A adoção de uma VAN/MICRO-ÔNIBUS permitirá a centralização do transporte dessas equipes, promovendo maior racionalidade administrativa, redução de custos indiretos, melhor aproveitamento da logística de deslocamento e maior eficiência na execução das ações da SEMED, especialmente em um território com grande dispersão geográfica.

Dessa forma, o quantitativo proposto, composto por 03 (três) caminhonetes pick-up 4x4 e 01 (uma) VAN/MICRO-ÔNIBUS, atende ao equilíbrio entre necessidade operacional e responsabilidade fiscal, contemplando tanto as demandas de deslocamento individual em áreas de difícil acesso quanto as demandas de transporte coletivo institucional.

Adicionalmente, a medida representa o início de um processo de fortalecimento da frota própria do Município, com redução gradual da dependência de veículos locados, em alinhamento ao princípio da economicidade e ao planejamento estratégico da gestão municipal. Assim, a aquisição ora proposta constitui passo indispensável para estruturar a capacidade operacional da SEMED, assegurando continuidade, eficiência e qualidade na prestação dos serviços educacionais, além de agregar patrimônio durável e de uso estratégico ao ativo municipal.

## **8. COMPOSIÇÕES DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO**

### **8.1.ESPECIFICAÇÕES MINIMAS PARA OS ITENS SELECIONADOS PARA ESTA CONTRATAÇÃO:**

O presente tópico tem por finalidade apresentar os critérios adotados para a definição dos itens que compõem a presente contratação, bem como detalhar suas especificações técnicas mínimas, observando as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, as características territoriais do Município de Tomé-Açu e as condições de uso às quais os veículos serão submetidos.

A definição das especificações foi realizada com base em parâmetros técnicos usuais de mercado, considerando aspectos de desempenho, segurança, durabilidade, conforto e eficiência operacional, de modo a assegurar que os veículos adquiridos sejam adequados às finalidades institucionais a que se destinam, sem restringir a competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As exigências estabelecidas correspondem a padrões mínimos aceitáveis, permitindo a ampla participação de fabricantes e fornecedores, garantindo isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **8.1.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – VEÍCULO TIPO VAN / MICRO-ÔNIBUS**



*Imagem meramente ilustrativa*

Aquisição de 01 (uma) VAN/MICRO-ÔNIBUS para transporte de passageiros, veículo novo (zero quilômetro), sem uso anterior, com ano/modelo mínimo correspondente ao da data da entrega, destinado ao atendimento das demandas institucionais da Administração Pública Municipal.

O veículo deverá possuir capacidade mínima para 16 ocupantes, sendo 15 passageiros e 1 motorista, com configuração que contemple 3 assentos dianteiros e bancos traseiros em quantidade compatível, todos equipados com cintos de segurança de três pontos e apoios de cabeça, garantindo conforto e segurança aos ocupantes. Os bancos traseiros deverão ser reclináveis, com revestimento em tecido e estrutura que proporcione ergonomia adequada para deslocamentos prolongados.

A motorização deverá ser a diesel, com cilindrada aproximada de 2.8 litros, potência mínima de aproximadamente 170 cv e torque mínimo aproximado de 45 kgf.m, compatível com a categoria de transporte coletivo de passageiros. O veículo deverá possuir transmissão automática com no mínimo 6 marchas, garantindo melhor desempenho operacional e conforto na condução.

A direção deverá possuir regulagem de altura e profundidade, com coluna ajustável, e o banco do motorista deverá dispor de ajustes de distância, altura e inclinação. O banco do passageiro dianteiro também deverá possuir ajustes de posição, assegurando melhores condições ergonômicas aos ocupantes da cabine.

O veículo deverá ser equipado com sistema de climatização com ar-condicionado frontal e saídas traseiras para os passageiros, garantindo distribuição uniforme de ar no compartimento interno. Deverá possuir



também iluminação interna no compartimento traseiro e iluminação no degrau de acesso, facilitando o embarque e desembarque em condições de baixa luminosidade.

O acesso dos passageiros deverá ocorrer por meio de porta lateral deslizante, proporcionando segurança e praticidade. O veículo deverá dispor de vidros elétricos nas portas dianteiras, compartimentos internos para armazenamento de objetos, porta-luvas e demais itens de conveniência compatíveis com a categoria.

Deverá possuir sistema multimídia com tela sensível ao toque, conexão Bluetooth e entrada USB, além de computador de bordo com informações de condução, como autonomia, consumo de combustível, hodômetro e demais dados operacionais.

Para auxílio à condução, o veículo deverá contar com câmera de ré e sensores de estacionamento dianteiros e traseiros, contribuindo para a segurança nas manobras.

No que se refere à segurança, o veículo deverá ser equipado com airbags frontais para motorista e passageiro, airbag de joelho para o motorista, sistema de freios com ABS, EBD e assistência de frenagem de emergência, controle eletrônico de estabilidade e tração, além de assistente de partida em rampa. Todos os ocupantes deverão dispor de cintos de segurança adequados, conforme exigido pela legislação vigente.

A suspensão deverá possuir configuração compatível com o transporte de passageiros em condições variadas de uso, sendo dianteira independente tipo MacPherson e traseira com eixo rígido e feixe de molas, garantindo resistência estrutural e estabilidade.

O veículo deverá ser equipado com tanque de combustível a diesel, atender às normas ambientais e de segurança vigentes no Brasil e possuir todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

DESCRIÇÃO TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
<b>Tipo de veículo</b>	Van / Micro-ônibus para transporte de passageiros
<b>Condição</b>	Novo (zero quilômetro), sem uso anterior
<b>Ano/Modelo</b>	Mínimo correspondente ao da data da entrega
<b>Capacidade</b>	Mínimo de 16 ocupantes (15 passageiros + motorista)
<b>Motorização</b>	Diesel, cilindrada aproximada de 2.8L
<b>Potência</b>	Mínima de aproximadamente 170 cv
<b>Torque</b>	Mínimo aproximado de 45 kgf.m
<b>Transmissão</b>	Automática, mínimo de 6 marchas
<b>Direção</b>	Com regulagem de altura e profundidade
<b>Bancos</b>	Reclináveis, revestimento em tecido, com apoio de cabeça
<b>Segurança ocupantes</b>	Cintos de segurança de três pontos para todos
<b>Ar-condicionado</b>	Frontal com saídas traseiras para passageiros

<b>Iluminação</b>	Interna traseira e iluminação no degrau de acesso
<b>Acesso</b>	Porta lateral deslizante
<b>Vidros</b>	Elétricos nas portas dianteiras
<b>Multimídia</b>	Tela sensível ao toque, Bluetooth e USB
<b>Computador de bordo</b>	Informações de consumo, autonomia e condução
<b>Assistência de manobra</b>	Câmera de ré e sensores dianteiros e traseiros
<b>Segurança ativa</b>	ABS, EBD, controle de estabilidade e tração
<b>Segurança passiva</b>	Airbags frontais e airbag de joelho para motorista
<b>Assistente de condução</b>	Assistente de partida em rampa
<b>Suspensão dianteira</b>	Independente tipo MacPherson
<b>Suspensão traseira</b>	Eixo rígido com feixe de molas
<b>Combustível</b>	Diesel
<b>Normas</b>	Atendimento às normas do CONTRAN

### 8.1.2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA 4x4



*Imagem meramente ilustrativa*

Aquisição de 03 (três) caminhonetes cabine dupla, veículo novo (zero quilômetro), sem uso anterior, com ano/modelo mínimo correspondente ao da data da entrega, destinadas ao atendimento das atividades institucionais da Administração Pública Municipal.

O veículo deverá possuir capacidade mínima para 05 ocupantes, sendo 01 motorista e 04 passageiros, com bancos dianteiros dotados de ajustes de distância, inclinação e altura para o condutor, e banco traseiro rebatível em configuração 60/40, permitindo maior versatilidade no transporte de passageiros e carga.

A motorização deverá ser a diesel, com cilindrada aproximada de 2.8 litros, potência mínima de aproximadamente 200 cv e torque mínimo aproximado de 50 kgf.m, equipada com tecnologia turbo e intercooler, assegurando desempenho compatível com uso institucional em diferentes condições de terreno.

O veículo deverá possuir transmissão automática com no mínimo 6 marchas, com opção de trocas sequenciais, além de sistema de tração 4x4 com acionamento eletrônico, garantindo maior segurança, estabilidade e capacidade de deslocamento em vias pavimentadas e não pavimentadas.

A direção deverá possuir regulagem de altura e profundidade, com volante multifuncional que contemple comandos integrados para áudio, telefonia e computador de bordo.

No que se refere ao conforto, o veículo deverá dispor de ar-condicionado, vidros elétricos, retrovisores externos com regulagem elétrica, além de computador de bordo com informações essenciais de condução, como consumo de combustível, autonomia, hodômetro e demais dados operacionais.

O veículo deverá ser equipado com sistema multimídia com tela sensível ao toque, conexão Bluetooth, entrada USB e compatibilidade com espelhamento de smartphone, possibilitando integração com sistemas de navegação e comunicação.

A caminhonete deverá possuir caçamba com protetor e ganchos para fixação de carga, garantindo segurança no transporte de materiais, além de câmera de ré e sensores de estacionamento, auxiliando nas manobras.

Deverá contar ainda com recursos como controle de velocidade de cruzeiro, modos de condução, tomada de energia interna e sistema de áudio compatível com a categoria do veículo.

No quesito segurança, o veículo deverá possuir airbags frontais, laterais e de cortina, sistema de freios com ABS e EBD, controle eletrônico de estabilidade e tração, assistente de partida em rampa, além de demais dispositivos de segurança exigidos pela legislação vigente.

O veículo deverá possuir ainda faróis dianteiros, iluminação auxiliar, retrovisores externos, para-choques e demais componentes estruturais compatíveis com veículos utilitários de uso institucional.

Por fim, deverá ser entregue devidamente revisado, acompanhado de todos os manuais, chave reserva e equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN, estando apto para uso imediato pela Administração.

DESCRIÇÃO TÉCNICA	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
Tipo de veículo	Caminhonete cabine dupla 4x4
Quantidade	03 unidades
Condição	Novo (zero quilômetro)
Ano/Modelo	Mínimo correspondente ao da entrega
Capacidade	05 ocupantes

Motorização	Diesel, aproximadamente 2.8L
Potência	Mínima de 200 cv
Torque	Mínimo aproximado de 50 kgf.m
Transmissão	Automática, mínimo 6 marchas
Tração	4x4 com acionamento eletrônico
Direção	Regulagem de altura e profundidade
Ar-condicionado	Sim
Multimídia	Tela, Bluetooth, USB e espelhamento
Assistência	Câmera de ré e sensores
Caçamba	Com protetor e ganchos
Segurança	Airbags, ABS, estabilidade e tração

## 8.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SELEÇÃO DOS ITENS:

A seleção dos itens que compõem a presente contratação foi realizada com base em critérios técnicos, operacionais e institucionais, observando-se as necessidades reais da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, as características territoriais do Município de Tomé-Açu e as condições de uso às quais os veículos serão submetidos.

Os veículos definidos foram escolhidos por apresentarem características complementares e indispensáveis ao atendimento das demandas da Secretaria, contemplando tanto o deslocamento em áreas de difícil acesso quanto a necessidade de transporte coletivo institucional.

No que se refere às caminhonetes, a exigência de tração 4x4, motorização a diesel e estrutura robusta decorre diretamente das condições da malha viária municipal, composta majoritariamente por estradas vicinais não pavimentadas, com presença de lama, erosões, trechos alagadiços e baixa capacidade de suporte, especialmente no período chuvoso. Tais condições inviabilizam a utilização de veículos convencionais, tornando imprescindível a adoção de veículos com maior capacidade de tração, torque e resistência mecânica.

Quanto à VAN/MICRO-ÔNIBUS, sua inclusão no processo decorre da necessidade de otimização dos deslocamentos institucionais, especialmente para transporte simultâneo de equipes técnicas, pedagógicas e administrativas. A utilização de um único veículo com maior capacidade de passageiros permite racionalizar custos, reduzir o número de deslocamentos, melhorar a coordenação das atividades e aumentar a eficiência logística da Secretaria.

Ressalta-se que as especificações técnicas definidas não possuem caráter restritivo ou direcionado a marca ou modelo específico, tendo sido elaboradas com base em parâmetros usuais de mercado, compatíveis com veículos amplamente disponíveis no território nacional, garantindo ampla competitividade entre fornecedores e observância ao princípio da isonomia.

Adicionalmente, buscou-se estabelecer exigências que assegurem padrões mínimos de qualidade, desempenho, segurança e durabilidade, compatíveis com o uso institucional intensivo ao qual os veículos serão submetidos, evitando, por outro lado, a inclusão de características supérfluas ou desnecessárias que possam restringir a competitividade ou elevar indevidamente o custo da contratação.

Dessa forma, a seleção dos itens revela-se tecnicamente justificada, proporcional às necessidades identificadas e alinhada às boas práticas de planejamento das contratações públicas, garantindo que os bens adquiridos atendam de forma adequada às demandas da Administração, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

### **8.3. ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A análise do ciclo de vida do objeto considera todas as etapas relacionadas aos bens a serem adquiridos, desde a sua aquisição até a destinação final, permitindo avaliar a solução sob a ótica da economicidade, eficiência e sustentabilidade administrativa.

**FASE DE AQUISIÇÃO:** Nesta etapa, a Administração opta pela aquisição de veículos novos (zero quilômetro), com especificações técnicas compatíveis com as condições de uso institucional. Tal escolha reduz riscos de falhas iniciais, assegura garantia de fábrica e evita custos imediatos com manutenção corretiva.

A padronização das especificações técnicas permite maior competitividade entre fornecedores e assegura a aquisição de bens com desempenho adequado às necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

**FASE DE UTILIZAÇÃO OPERACIONAL:** A fase de utilização corresponde ao período em que os veículos serão efetivamente empregados nas atividades institucionais.

As caminhonetes 4x4 serão utilizadas em deslocamentos por áreas urbanas e, principalmente, rurais, em estradas vicinais, ramais e vias de difícil acesso, enquanto a VAN/MICRO-ÔNIBUS será utilizada para o transporte coletivo de equipes técnicas, pedagógicas e administrativas.

Nessa fase, destaca-se a necessidade de confiabilidade operacional, robustez mecânica e disponibilidade contínua, fatores essenciais para garantir a continuidade dos serviços públicos educacionais.



**FASE DE MANUTENÇÃO E SUPORTE:** Durante o ciclo de vida dos veículos, será necessária a realização de manutenções preventivas e corretivas.

A escolha por veículos amplamente comercializados no mercado nacional favorece:

- ✓ Maior disponibilidade de peças de reposição;
- ✓ Rede de assistência técnica acessível;
- ✓ Redução de custos de manutenção;
- ✓ Maior agilidade na recuperação de eventuais falhas.

A manutenção preventiva será fundamental para prolongar a vida útil dos veículos e garantir segurança e eficiência no uso contínuo.

**FASE DE CONSUMO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL:** Os veículos serão utilizados de forma contínua em rotas extensas, muitas vezes em condições adversas, o que torna relevante a análise do consumo de combustível e da eficiência operacional.

A motorização a diesel apresenta-se como solução adequada, considerando:

- ✓ Maior torque para terrenos irregulares;
- ✓ Melhor desempenho em longas distâncias;
- ✓ Maior eficiência energética para uso institucional.

Essa característica contribui para a redução de custos operacionais ao longo do tempo.

**FASE DE VIDA ÚTIL E DESEMPENHO:** Os veículos a serem adquiridos possuem vida útil estimada de médio a longo prazo, sendo projetados para suportar uso intensivo.

A durabilidade está diretamente associada a fatores como:

- ✓ Qualidade construtiva;
- ✓ Adequação ao tipo de terreno;
- ✓ Realização de manutenções periódicas;
- ✓ Condições de uso.

A escolha de veículos robustos e adequados à realidade territorial do município contribui para a maximização do desempenho ao longo de sua vida útil.

**FASE DE DESMOBILIZAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL:** Ao final de sua vida útil administrativa, os veículos poderão ser submetidos a procedimentos de desfazimento patrimonial, tais como:

- ✓ Alienação por meio de leilão;
- ✓ Reaproveitamento em outras unidades administrativas;
- ✓ Baixa patrimonial, conforme avaliação da Administração.

Esse processo permite recuperação parcial do valor investido e adequada gestão dos bens públicos.

**ANÁLISE CONCLUSIVA DO CICLO DE VIDA:** A avaliação integrada das fases do ciclo de vida demonstra que a aquisição de 03 caminhonetes pick-up 4x4 e 01 VAN/MICRO-ÔNIBUS apresenta-se como solução adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

A contratação proporciona:

- ✓ Redução de custos indiretos;
- ✓ Maior autonomia administrativa;
- ✓ Melhoria da eficiência logística;
- ✓ Continuidade dos serviços públicos;
- ✓ Fortalecimento da estrutura da SEMED.

Dessa forma, sob a ótica do ciclo de vida, a solução adotada revela-se vantajosa, sustentável e alinhada ao interesse público.

#### **8.4. RECOMENDAÇÕES QUANTO À UTILIZAÇÃO DOS ITENS**

A adequada utilização dos itens a serem adquiridos constitui fator determinante para a maximização de sua vida útil, eficiência operacional e preservação do interesse público, razão pela qual se apresentam as seguintes recomendações para gestão, uso e controle dos veículos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Inicialmente, recomenda-se que os veículos sejam utilizados exclusivamente para fins institucionais, vinculados às atividades administrativas, pedagógicas e logísticas da Secretaria, vedando-se qualquer uso

indevido, particular ou desvinculado do interesse público, em observância aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa.

Deverá ser adotado controle rigoroso de uso da frota, mediante registro formal de deslocamentos, contendo, no mínimo, informações sobre data, destino, finalidade da viagem, servidor responsável, quilometragem inicial e final, bem como consumo de combustível. Tal medida possibilita maior transparência, rastreabilidade e controle sobre a utilização dos bens públicos.

Recomenda-se, ainda, a implementação de rotinas periódicas de manutenção preventiva, conforme orientações do fabricante, incluindo revisões programadas, verificação de itens de segurança, troca de óleo, filtros e demais componentes essenciais, com o objetivo de evitar falhas mecânicas, reduzir custos com manutenção corretiva e garantir a segurança dos usuários.

No que se refere à condução dos veículos, orienta-se que sejam designados servidores devidamente habilitados e capacitados, com conhecimento das características dos veículos, especialmente no caso das caminhonetes 4x4, que exigem atenção específica quanto ao uso da tração em terrenos adversos, e da VAN/MICRO-ÔNIBUS, que envolve transporte coletivo de passageiros.

Recomenda-se que os veículos sejam utilizados de forma planejada e racional, priorizando rotas otimizadas, agrupamento de demandas e utilização compartilhada quando possível, especialmente no caso da VAN/MICRO-ÔNIBUS, a fim de reduzir custos operacionais, consumo de combustível e desgaste dos veículos.

Deverá ser assegurada a guarda adequada dos veículos, preferencialmente em local coberto e seguro, com controle de acesso, visando preservar a integridade física dos bens, evitar danos, furtos ou deterioração precoce.

No tocante à VAN/MICRO-ÔNIBUS, recomenda-se atenção especial ao transporte seguro de passageiros, com observância às normas de trânsito vigentes, utilização obrigatória de cintos de segurança, respeito à capacidade máxima do veículo e adoção de condução defensiva, garantindo segurança e conforto aos usuários.

Adicionalmente, orienta-se a realização de acompanhamento periódico do desempenho dos veículos, com análise de indicadores como consumo de combustível, frequência de manutenção, disponibilidade operacional e custo de operação, possibilitando avaliação contínua da eficiência da frota e subsidiando futuras decisões administrativas.

Por fim, recomenda-se que a gestão da frota esteja integrada aos mecanismos de controle interno do Município, assegurando fiscalização adequada, transparência na utilização dos bens e conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Dessa forma, a adoção das presentes recomendações contribuirá para a correta utilização dos veículos, prolongamento de sua vida útil, otimização dos recursos públicos e garantia da eficiência na prestação dos serviços educacionais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

### **8.5. NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES DOS ITENS**

Os veículos a serem fornecidos deverão atender integralmente às normas técnicas vigentes, observando as diretrizes e regulamentações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, bem como demais órgãos competentes aplicáveis à matéria.

Deverão ser rigorosamente observados os requisitos relacionados à segurança veicular, controle de emissões, eficiência energética e desempenho, em conformidade com a legislação vigente.

Fica expressamente vedado o fornecimento de veículos que não atendam às seguintes condições:

- Não serão aceitos veículos remanufaturados, recondicionados, reformados ou usados, sob qualquer hipótese;
- Não serão admitidos veículos com quilometragem rodada, ainda que mínima;
- Não serão aceitos veículos que apresentem avarias de qualquer natureza, tais como:
  - ✓ Amassados;
  - ✓ Arranhões;
  - ✓ Danos na pintura;
  - ✓ Partes enferrujadas;
  - ✓ Defeitos de fabricação;
  - ✓ Falhas nos sistemas elétrico, mecânico ou eletrônico;
- Os veículos deverão ser novos de fábrica, com ano/modelo conforme especificado no edital;
- Deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento, aptos à imediata utilização pela Administração.

O descumprimento de qualquer das exigências acima implicará na recusa do objeto, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

## **8.6. DA GARANTIA DOS ITENS**

Considerando as especificidades técnicas e operacionais relacionadas à aquisição de veículos automotores, especialmente no âmbito da administração pública, justifica-se a exigência de garantia por parte dos fornecedores como condição indispensável para assegurar a durabilidade, funcionalidade e qualidade dos bens adquiridos.

A exigência de garantia encontra pleno respaldo no princípio da eficiência administrativa, e visa resguardar o interesse público, evitando custos adicionais com manutenções corretivas, paralisações operacionais e substituições prematuras. Ressalta-se que veículos adquiridos pela Administração são, em regra, submetidos a uso intensivo e contínuo, o que reforça a necessidade de proteção contratual quanto à qualidade e desempenho.

Nesse sentido, a garantia mínima será de **36 (TRINTA E SEIS) MESES** para os veículos, conforme descrição, contados a partir da data do recebimento definitivo, abrangendo integralmente os componentes mecânicos, elétricos, eletrônicos, estruturais e demais sistemas do veículo, bem como a mão de obra necessária para eventuais reparos, conforme padrões estabelecidos pelo fabricante.

## **8.7. DO EMPLACAMENTO E REGULARIZAÇÃO DOS VEÍCULOS**

A entrega dos veículos deverá ocorrer com os bens devidamente registrados, licenciados, emplacados e completamente regularizados em nome do MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, vinculados ao respectivo CNPJ constante no instrumento contratual, em condições plenas de circulação e uso imediato pela Administração Pública.

A contratada será integralmente responsável pela adoção de todos os procedimentos administrativos necessários perante os órgãos competentes para fins de primeiro registro, licenciamento, emplacamento, emissão de placas e demais atos correlatos à regularização veicular, observando as disposições do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, normas do CONTRAN, DETRAN/PA e demais legislações aplicáveis à matéria.

Deverão ser observados os dispositivos que se referem à comercialização regular de veículos automotores novos, fornecimento de veículos zero quilômetro e procedimentos relacionados ao primeiro emplacamento, assegurando à Administração o recebimento de veículos aptos à incorporação patrimonial e utilização institucional.



A contratada deverá observar as prerrogativas tributárias aplicáveis aos entes públicos, especialmente a imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal, aplicável ao IPVA incidente sobre veículos de propriedade do Município, adotando as providências necessárias ao correto enquadramento tributário perante os órgãos estaduais competentes.

Todos os custos relacionados ao primeiro emplacamento, licenciamento, registro, placas, taxas administrativas, serviços de despachante e demais despesas necessárias à completa regularização documental dos veículos deverão estar obrigatoriamente inclusas na proposta comercial apresentada, não sendo admitida cobrança posterior pela contratada.

A exigência de entrega dos veículos devidamente regularizados possui como finalidade assegurar maior eficiência administrativa, continuidade do serviço público, redução de entraves burocráticos, imediata operacionalização da frota pública e garantia de utilização dos veículos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED logo após sua entrega, evitando prejuízos à execução das atividades institucionais e à prestação dos serviços públicos educacionais.

Os veículos somente serão considerados aptos ao recebimento definitivo e posterior pagamento após a comprovação de sua completa regularização documental, mediante apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, comprovante de emplacamento em nome do MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED e demais documentos exigidos pela legislação de trânsito vigente.

## **9. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

A definição da solução a ser adotada pela Administração Pública deve decorrer de análise técnica e jurídica fundamentada, construída a partir das características do objeto, das condições concretas do mercado, da necessidade administrativa identificada e dos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, competitividade, padronização, transparência, motivação e seleção da proposta mais vantajosa.

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve contemplar estudo das alternativas disponíveis, a fim de que a Administração escolha a solução mais adequada para atendimento do interesse público. Não se trata apenas de definir a modalidade licitatória, mas de examinar, de forma

comparativa, os instrumentos juridicamente possíveis e aferir qual deles melhor atende à necessidade concreta da Administração, sob os aspectos técnico, econômico, operacional e jurídico.

Trata-se de aquisição de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e características técnicas podem ser objetivamente definidos pela Administração, com base em especificações usuais de mercado, permitindo comparação direta entre propostas e julgamento objetivo.

A natureza do objeto permite definição precisa de requisitos técnicos, tais como:

- Tipo de veículo;
- Motorização;
- Potência e torque mínimos;
- Tipo de combustível;
- Transmissão;
- Tração;
- Capacidade de passageiros;
- Itens de segurança;
- Equipamentos obrigatórios;
- Conforto e tecnologia embarcada;

Além disso, verifica-se que o objeto apresenta ampla oferta no mercado nacional, inexistindo singularidade técnica ou inviabilidade de competição que justifique soluções excepcionais. Há diversas fabricantes, concessionárias e revendedoras aptas a fornecer veículos com características compatíveis com as necessidades da Administração, o que reforça a viabilidade de adoção de procedimento competitivo.

Outro fator relevante refere-se à natureza da demanda. Embora os veículos sejam destinados ao atendimento de necessidades permanentes da Secretaria, a contratação em si não se caracteriza como continuada, pois se trata de aquisição pontual de bens permanentes, com quantitativos definidos, destinada ao fortalecimento da frota própria da SEMED. Assim, a solução a ser escolhida deve ser compatível com uma contratação certa, delimitada e imediatamente vinculada à necessidade atualmente identificada.

Diante desse cenário, foram analisadas as alternativas juridicamente possíveis para atendimento da demanda, conforme segue:

## ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE CONTRATAÇÃO

### ➤ SOLUÇÃO 01 – CONTRATAÇÃO POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

**Análise técnica e jurídica:** A contratação por dispensa de licitação, prevista nos arts. 72 e 75 da Lei nº 14.133/2021, constitui hipótese excepcional, cabível apenas nas situações expressamente autorizadas em lei e desde que devidamente justificadas e instruídas.

No presente caso, essa alternativa não se mostra adequada.

Inicialmente, verifica-se que a demanda é plenamente previsível, planejável e estruturável, não decorrendo de situação emergencial, imprevisível ou excepcional. Ao contrário, a necessidade de aquisição dos veículos foi formalmente identificada pela Secretaria demandante, a partir de levantamento técnico, considerando a realidade territorial do Município, a insuficiência da frota atual e a necessidade de fortalecimento da capacidade operacional da SEMED.

Além disso, o objeto envolve aquisição de bens permanentes de valor expressivo, circunstância que, em regra, afasta a possibilidade de enquadramento na hipótese de dispensa por valor. A adoção dessa solução, sem amparo legal específico, comprometeria a legalidade do procedimento e violaria o dever de licitar.

Outro aspecto relevante refere-se à ampla competitividade do mercado. Como há número significativo de potenciais fornecedores aptos a atender ao objeto, não se justifica a contratação direta em detrimento da realização de disputa ampla, apta a proporcionar melhores condições econômicas para a Administração.

Também sob o ponto de vista operacional, a dispensa de licitação não se revela a solução mais adequada, pois reduziria a transparência do procedimento, limitaria a competição entre interessados e fragilizaria a demonstração de vantajosidade da contratação, especialmente em objeto de valor relevante e de repercussão patrimonial significativa.

Adicionalmente, a adoção da dispensa, em hipótese não excepcional, poderia comprometer os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa, da transparência e do planejamento, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO SE MOSTRA ADEQUADA** para atendimento da presente demanda, sob os aspectos legal, técnico, administrativo e econômico, devendo ser afastada como solução para o caso em análise.

## ➤ SOLUÇÃO 02 – CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CREDENCIAMENTO

**Análise técnica e jurídica:** O credenciamento, previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, constitui procedimento auxiliar voltado a hipóteses em que a Administração pretende contratar todos os interessados que preencham determinados requisitos, em condições padronizadas, sem disputa competitiva direta entre eles.

Embora juridicamente admitido em situações específicas, o credenciamento não se mostra adequado ao presente caso.

Isso porque o objeto da contratação consiste na aquisição certa e delimitada de veículos, em quantitativo previamente definido pela Administração. Não se trata de hipótese em que haja vantagem na contratação simultânea de múltiplos fornecedores para atendimento pulverizado de demanda contínua ou indeterminada. Ao contrário, a necessidade administrativa exige fornecimento objetivo, padronizado e quantitativamente determinado.

No caso em análise, a Administração não busca credenciar diversos fornecedores para futura contratação eventual, mas sim selecionar proposta mais vantajosa para fornecimento de 03 caminhonetes e 01 VAN/MICRO-ÔNIBUS, com características técnicas previamente definidas.

Ademais, o credenciamento não contempla disputa por lances nem seleção competitiva de menor preço, pois opera com remuneração previamente fixada pela Administração. Tal característica o torna inadequado para um objeto em que há ampla competição de mercado e plena possibilidade de obtenção de proposta mais vantajosa por meio de procedimento licitatório competitivo.

Outro ponto relevante é que a aquisição de veículos demanda controle centralizado, uniformidade de especificações, segurança na entrega, rastreabilidade do fornecimento e definição objetiva de obrigações contratuais. A adoção de credenciamento, nesse contexto, mostraria baixa aderência à lógica da necessidade administrativa.

Diante das características do objeto, da existência de quantitativos certos, da ampla possibilidade de competição e da necessidade de seleção da proposta mais vantajosa, conclui-se que a contratação por meio de **CREDENCIAMENTO NÃO SE MOSTRA ADEQUADA** para o presente caso, devendo ser afastada.

➤ **SOLUÇÃO 03 – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS**

**Análise técnica e jurídica:** A adesão à Ata de Registro de Preços de outros órgãos ou entidades, embora juridicamente admitida, não se apresenta, no caso concreto, como a solução mais adequada e vantajosa.

Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021, a utilização de ata por órgão não participante depende da observância dos requisitos legais, da anuência do órgão gerenciador e da demonstração concreta de vantajosidade. Trata-se, portanto, de mecanismo condicionado, que exige compatibilidade material entre o objeto registrado e a necessidade específica da Administração aderente.

No presente caso, embora a adesão seja possível em tese, sua adoção não se mostra a solução mais adequada sob os aspectos do planejamento, da aderência técnica e da vantajosidade global.

Inicialmente, deve-se considerar que a necessidade da SEMED foi estruturada com base em realidade própria, levando em conta:

- A configuração territorial do Município de Tomé-Açu;
- A localização da SEMED no Distrito de Quatro Bocas;
- A existência de 88 escolas distribuídas entre sede, distrito e áreas rurais;
- As condições da malha viária municipal;
- A necessidade de veículos com características operacionais específicas;
- Os quantitativos definidos pela unidade demandante.

Esses elementos evidenciam que a solução ideal deve ser construída a partir da realidade administrativa local, e não simplesmente reproduzida a partir de ata estruturada por outro ente, com base em necessidades distintas.

Além disso, a adesão a ata de terceiros restringe a autonomia da Administração na definição precisa de critérios como especificações técnicas, prazos de entrega, condições de recebimento, regras de fiscalização, entre outros aspectos relevantes da contratação.

Também sob a ótica da vantajosidade, não basta verificar mera compatibilidade abstrata de preços. É necessário avaliar a aderência integral do objeto, a viabilidade logística da execução, a adequação das condições contratuais e a real utilidade da solução para a Administração. Nesse contexto, a realização de licitação própria mostra-se mais adequada, por permitir definição exata do objeto conforme a necessidade municipal.



Adicionalmente, como a demanda é conhecida, planejada e não urgente em caráter excepcional, a adesão à ata não se apresenta como solução preferencial, mas apenas como alternativa juridicamente possível e tecnicamente menos adequada.

Diante do exposto, conclui-se que a **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS**, embora juridicamente possível, **NÃO SE MOSTRA A ALTERNATIVA MAIS ADEQUADA E VANTAJOSA** para o presente caso, em razão da necessidade de aderência integral ao planejamento municipal, da especificidade operacional da demanda e da maior adequação de realização de procedimento próprio.

➤ **SOLUÇÃO 04 – REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PRÓPRIA NA MODALIDADE PREGÃO, SEM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Análise técnica e jurídica:** A realização de licitação própria, na modalidade Pregão, sem adoção do Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como a solução juridicamente adequada e tecnicamente mais vantajosa para atendimento da presente demanda.

Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade aplicável à aquisição de bens e serviços comuns. No presente caso, o objeto consiste na aquisição de veículos automotores com características técnicas objetivamente definíveis, o que se enquadra perfeitamente na noção de bens comuns prevista na legislação.

A compatibilidade do objeto com a modalidade pregão também decorre dos arts. 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021, que direcionam a utilização dessa modalidade sempre que se tratar de bens comuns, cujos padrões possam ser objetivamente estabelecidos pela Administração.

Sob a perspectiva do planejamento, a escolha pelo pregão decorre da constatação de que a Administração possui necessidade certa, delimitada e já quantificada. Os veículos a serem adquiridos foram definidos pela Secretaria demandante com base em Documento de Formalização da Demanda, não havendo incerteza quanto aos quantitativos nem necessidade de contratações futuras e indeterminadas.

Por essa razão, não se mostra necessária a adoção do Sistema de Registro de Preços, uma vez que o objeto não se destina à formação de ata para contratações futuras, parceladas e incertas, mas sim à aquisição específica e determinada de bens em quantitativo previamente consolidado.

A adoção do pregão sem registro de preços apresenta vantagens relevantes no presente caso:

- Permite ampla competitividade entre fornecedores do ramo;
- Possibilita disputa por lances;
- Favorece a obtenção de melhores condições econômicas;
- Assegura transparência e rastreabilidade do procedimento;
- Viabiliza definição precisa das obrigações contratuais;
- É compatível com aquisição imediata e quantitativamente definida.

Outro ponto importante é que a licitação própria assegura plena autonomia da Administração para definir:

- As especificações mínimas dos veículos;
- As condições de entrega;
- Os critérios de recebimento;
- As regras de fiscalização;
- As obrigações da futura contratada.

Além disso, a realização do pregão preserva os princípios da isonomia, da motivação, da transparência, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, permitindo procedimento competitivo adequado à realidade do mercado automotivo.

A não adoção do Sistema de Registro de Preços, por sua vez, também se justifica pelo fato de que não há necessidade administrativa de manter ata vigente para futuras aquisições eventuais da mesma natureza, tampouco se trata de demanda estimativa ou de consumo variável. A necessidade já foi mensurada e consolidada, razão pela qual a contratação direta decorrente de licitação própria mostra-se mais lógica, eficiente e aderente ao caso concreto.

Sob a ótica operacional, essa solução também se mostra superior, pois permite contratação orientada ao atendimento imediato da necessidade da SEMED, com foco na entrega efetiva dos veículos e incorporação célere ao patrimônio municipal, sem a intermediação de mecanismo registral voltado a futuras adesões ou requisições sob demanda.

Diante das características do objeto, da ampla oferta no mercado, da possibilidade de definição objetiva das especificações, da certeza quanto aos quantitativos pretendidos e da inexistência de necessidade de registro para futuras contratações, conclui-se que a **REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO PRÓPRIA, NA MODALIDADE PREGÃO, SEM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONSTITUI A SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA** para o atendimento da presente demanda.

Trata-se da alternativa que melhor harmoniza os aspectos legais, técnicos, operacionais e econômicos da contratação, assegurando observância aos arts. 5º, 6º, XIII e XLI, 18, 28, I, e 29 da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **9.1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A presente contratação tem por objeto a aquisição de veículos destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, visando ao fortalecimento da estrutura administrativa e operacional necessária ao desempenho de suas atribuições institucionais, especialmente quanto ao apoio logístico, deslocamento de equipes, atendimento às unidades escolares e suporte às atividades desenvolvidas no território municipal.

Após análise técnica da demanda, conclui-se que não se mostra adequada, conveniente nem vantajosa a utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP para o caso concreto, sendo mais compatível com o interesse público a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, para contratação imediata e com quantitativo previamente definido.

Tal conclusão decorre, primeiramente, da própria natureza da necessidade administrativa identificada. O SRP é instrumento voltado, em regra, a situações em que a Administração pretende viabilizar contratações futuras, especialmente quando houver necessidade de aquisições frequentes, permanentes, parceladas, incertas ou destinadas ao atendimento de múltiplos órgãos. A disciplina legal do sistema, prevista nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentada, no âmbito federal, pelo Decreto nº 11.462/2023, demonstra que o registro de preços está associado a uma lógica de flexibilização para demandas reiteradas ou de execução não integralmente previsível, e não a aquisições pontuais com escopo material previamente delimitado.

No presente caso, entretanto, a Administração não está diante de demanda continuada, repetitiva ou de execução parcelada por eventos sucessivos e incertos. Ao contrário, trata-se de necessidade específica, individualizada, concreta e previamente dimensionada, com quantitativo definido desde a fase de planejamento, o que afasta a principal razão de ser do SRP. Não há, aqui, cenário de consumo variável ao longo do tempo, nem incerteza relevante quanto ao momento ou à extensão do fornecimento. O que existe é a necessidade de aquisição de bens permanentes determinados, em número certo, para atendimento de finalidade administrativa já identificada. Nessas condições, o registro de preços deixaria de atuar como instrumento de racionalização e passaria a representar etapa adicional sem ganho prático proporcional.

Sob o aspecto do planejamento da contratação, a opção pela aquisição direta mostra-se mais aderente aos princípios da eficiência, da economicidade e da motivação administrativa. O art. 40 da Lei nº 14.133/2021 determina que o planejamento das compras considere a expectativa de consumo anual e observe a solução mais compatível com a necessidade pública. Quando a Administração conhece com precisão o objeto que pretende adquirir, a quantidade necessária e a finalidade concreta da aquisição, a adoção do SRP deixa de ser uma vantagem presumida. Nessa hipótese, a solução mais racional é promover certame voltado à contratação efetiva e imediata, evitando manter ata para aquisição futura de item cuja demanda já está integralmente mapeada.

Além disso, a utilização do SRP, no caso em exame, não agrega benefício operacional relevante. A ata de registro de preços não obriga a contratação, tem vocação para compras futuras e exige uma sistemática própria de gerenciamento, controle de saldo, vigência, eventuais adesões e acompanhamento específico. Em demandas como a presente, nas quais a pretensão administrativa é adquirir os veículos de forma objetiva, definida e em quantitativo certo, a adoção do SRP pode, inclusive, acarretar desnecessária complexidade procedimental, ampliando encargos administrativos sem contrapartida concreta em ganho de eficiência. Em outras palavras, em vez de simplificar, o SRP, neste caso, tenderia a burocratizar uma contratação que já se apresenta madura, delimitada e apta à execução imediata.

Também merece destaque que veículos constituem bens permanentes de maior valor unitário, normalmente adquiridos a partir de planejamento prévio, estimativa definida de necessidade e vinculação direta a finalidade administrativa específica. Não se trata, em regra, de item de reposição ordinária, de consumo rotineiro ou de demanda pulverizada e recorrente. Assim, a lógica da contratação imediata se mostra mais compatível com a natureza do objeto do que a formação de ata para eventual e futura aquisição. Essa conclusão se reforça quando a Administração já dispõe de elementos suficientes para justificar quantitativos, especificações mínimas e destinação institucional dos veículos, como ocorre no presente processo.

No caso específico da SEMED, a decisão pela não adoção do SRP mostra-se ainda mais adequada porque a necessidade administrativa está diretamente relacionada à realidade territorial e logística do Município, sobretudo considerando o atendimento das atividades educacionais e operacionais vinculadas à rede pública e às rotinas da Secretaria. Havendo demanda atual e concreta, cujo atendimento não recomenda postergação nem fracionamento indevido da solução, revela-se mais vantajoso realizar procedimento licitatório destinado à aquisição efetiva dos veículos necessários, assegurando-se desde logo a disponibilização dos bens à Administração.

Registre-se, por oportuno, que a legislação não impõe a adoção obrigatória do Sistema de Registro de Preços, mas apenas autoriza seu uso quando presente conveniência administrativa compatível com as hipóteses

e finalidades do instituto. Assim, a escolha por não utilizar SRP não representa omissão ou irregularidade, desde que fundamentada tecnicamente, como no presente caso. Trata-se, em verdade, de decisão de planejamento, inserida no dever da Administração de selecionar o modelo de contratação mais eficiente e mais aderente à necessidade pública concretamente identificada.

Dessa forma, considerando que:

- (I) a demanda é certa, atual e previamente quantificada;
- (II) o objeto não se caracteriza por aquisições frequentes, permanentes ou sucessivas;
- (III) não há vantagem administrativa concreta na formação de ata para futura contratação;
- (IV) a aquisição imediata atende de forma mais eficiente ao interesse público; e
- (V) a adoção do SRP, neste caso, apenas acrescentaria complexidade procedimental sem benefício proporcional

Desta forma justifica-se tecnicamente a não utilização do Sistema de Registro de Preços, adotando-se, para o presente caso, a realização de pregão eletrônico para aquisição imediata, com adjudicação conforme a modelagem definida no processo.

## 9.2. FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;



- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços como procedimento auxiliar, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução das políticas públicas de saúde bucal no âmbito municipal.

### **9.3. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM**

Adota-se como tipo de julgamento o menor preço por item, considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de veículos com especificações técnicas padronizadas e objetivamente definidas, conforme descrito neste Termo de Referência, o que permite a comparação direta, isonômica e objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

A escolha pelo critério de menor preço por item mostra-se tecnicamente mais adequada ao caso concreto, especialmente em razão da natureza dos itens licitados, que, embora pertencentes à mesma categoria de bens (veículos), podem apresentar características operacionais distintas, voltadas ao atendimento das diferentes demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Nesse contexto, a adoção do julgamento por item:

- Amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores que não necessariamente disponham de toda a linha de veículos exigida, mas que possuam condições de ofertar determinados modelos com maior vantajosidade, evitando restrição indevida à ampla concorrência;
- Favorece a obtenção de propostas mais vantajosas, uma vez que permite aos licitantes concentrarem sua capacidade competitiva nos itens em que possuem melhores condições comerciais, refletindo diretamente na economicidade da contratação;
- Evita a concentração do fornecimento em um único contratado, reduzindo riscos operacionais e assegurando maior segurança à Administração quanto à entrega dos veículos, especialmente diante da relevância do objeto para o suporte às atividades educacionais e logísticas da SEMED;
- Assegura maior aderência às necessidades administrativas, permitindo que cada item seja contratado de acordo com suas especificidades, sem que eventuais limitações comerciais em um tipo de veículo comprometam a contratação dos demais;

- Garante objetividade e transparência no julgamento, em conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, uma vez que o critério adotado é claro, mensurável e verificável por todos os participantes.

Diante do exposto, conclui-se que o critério de julgamento pelo menor preço por item atende de forma mais eficiente ao interesse público, promovendo maior competitividade, economicidade e segurança na contratação, sendo o mais adequado à natureza e às características do objeto pretendido.

## **10. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS**

A presente pesquisa de preços foi realizada com o objetivo de atender às exigências estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, constituindo elemento essencial para a adequada estimativa de valores da contratação pretendida, bem como para a garantia da economicidade, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

A pesquisa tem por finalidade embasar a aquisição dos bens necessários ao pleno funcionamento da Administração Pública, assegurando que os valores estimados estejam compatíveis com os praticados no mercado e com contratações similares realizadas por outros entes públicos.

**RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:** A pesquisa de preços foi conduzida pelo servidor Dieizom Rilbisom Moreira de Almeida, matrícula nº 06509417, telefone (91) 99275-1122, designado em razão de sua expertise técnica na área de cotação de preços públicos, o que contribuiu significativamente para a análise crítica das informações coletadas e para a seleção das fontes mais adequadas e confiáveis.

**METODOLOGIA DE PESQUISA ADOTADA:** A metodologia adotada seguiu rigorosamente os parâmetros estabelecidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, priorizando a utilização de contratações similares realizadas pela Administração Pública, de forma a garantir maior aderência à realidade do mercado público.

Para tanto, foi utilizado como principal ferramenta o sistema:

- Banco de Preços Ltda. (<https://www.bancodeprecos.com.br>)

Trata-se de plataforma consolidada que reúne uma base de dados ampla e diversificada, contendo:

- Preços provenientes de licitações públicas;

- Valores constantes em tabelas de referência;
- Preços praticados em sites de domínio amplo;
- Dados oriundos de notas fiscais eletrônicas;
- Cotações diretas com fornecedores.

A utilização dessa ferramenta possibilitou a formação de uma cesta de preços robusta e diversificada, alinhada às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e às boas práticas administrativas, conferindo maior segurança, confiabilidade e celeridade ao processo de estimativa de preços.

A coleta de dados foi realizada no período de 27 de fevereiro de 2026 a 02 de março de 2026, contemplando valores praticados em licitações anteriores de outros órgãos públicos para objetos equivalentes.

**METODOLOGIA DE CÁLCULO DO PREÇO ESTIMADO:** Para a definição do preço estimado, adotou-se o método da média aritmética, conforme previsto no art. 6º da Instrução Normativa nº 65/2021, aplicado a um conjunto mínimo de 03 (três) preços por item, garantindo maior robustez e representatividade estatística.

**JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DA MÉDIA ARITMÉTICA SANEADA:** A adoção da média aritmética saneada como método de referência fundamenta-se em análise estatística da distribuição dos preços coletados, que demonstrou comportamento homogêneo e coeficiente de variação dentro de limites aceitáveis, permitindo que a média represente de forma fidedigna a tendência central dos valores.

Para assegurar a confiabilidade da estimativa, foi realizada análise crítica dos dados, com exclusão de valores considerados:

- Inexequíveis; ou
- Excessivamente elevados.

Como critério técnico, foi adotado o seguinte parâmetro:

- Coeficiente de variação  $\leq 25\%$ : indica baixa dispersão e dados homogêneos, justificando a utilização da média aritmética;
- Coeficiente de variação  $> 25\%$ : indica alta dispersão, exigindo tratamento estatístico mais rigoroso.

A metodologia aplicada encontra respaldo em entendimentos do Tribunal de Contas da União (TCU), que orienta a utilização de métodos estatísticos capazes de garantir a integridade, a justiça e a fidedignidade das estimativas de preços em contratações públicas.

Destaca-se que a escolha entre média aritmética e mediana foi avaliada conforme as particularidades de cada item, considerando fatores como:

- Grau de competitividade do mercado;
- Oferta e demanda;
- Variações de qualidade;
- Comportamento dos preços coletados.

**VALORES DE REFERÊNCIA:** Com base na metodologia adotada, foram obtidos os valores estimados para cada item da contratação, os quais não representam limites máximos obrigatórios, mas sim referência técnica para a análise de vantajosidade das propostas.

A Administração Pública busca, em todos os casos, a proposta mais vantajosa, observando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

**MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS:** A partir da consolidação dos dados coletados, foi apurado que o valor global estimado para a futura contratação corresponde a:

**R\$ 1.413.824,99 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E TREZE MIL, OITOCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).**

Todos os documentos comprobatórios da pesquisa realizada encontram-se devidamente anexados aos autos do processo, incluindo:

- Mapa comparativo de preços;
- Relatórios detalhados da plataforma utilizada;
- Documentos comprobatórios das cotações;
- Arquivos em formato PDF;
- QR Code para validação das informações.

A presente pesquisa de preços foi conduzida com base em critérios técnicos, metodológicos e normativos rigorosos, assegurando a obtenção de estimativas confiáveis, coerentes e compatíveis com o mercado.

Ressalta-se que foi realizada análise crítica dos valores coletados, considerando o conhecimento técnico acerca do objeto da contratação, de modo a estabelecer um preço de referência condizente com a realidade mercadológica.

A metodologia adotada, especialmente a utilização da média aritmética saneada, mostra-se adequada e alinhada às boas práticas administrativas, promovendo um processo licitatório mais competitivo, transparente e eficiente.

Reitera-se, por fim, o compromisso desta Administração com a condução responsável das contratações públicas, pautada na legalidade, na eficiência e na busca permanente pelo melhor interesse público.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO FORNE CIMENTO	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	VEÍCULO TIPO VAN/MINIBUS PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	UNID.	1	R\$ 324.350,00	R\$ 324.350,00
2	VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA	UNID.	3	R\$ 363.158,33	R\$ 1.089.474,99

#### **11. PESQUISA MERCADOLÓGICA – CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO FORNECEDOR DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU**

Para fins de levantamento do mercado municipal referente ao objeto da presente licitação, que consiste na aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, foi realizada análise técnica quanto à existência de fornecedores estabelecidos no Município de Tomé-Açu/PA aptos a atender às exigências do objeto.

A referida análise teve como finalidade verificar a capacidade do mercado local em fornecer veículos automotores novos em conformidade com as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, bem como avaliar o grau de competitividade existente no âmbito municipal, de modo a subsidiar a definição da estratégia mais adequada para a condução do certame.

Após o levantamento realizado, verificou-se que o mercado local não dispõe de empresas com estrutura técnica, operacional e comercial compatível com o fornecimento de veículos novos nos moldes exigidos pela presente contratação. Tal constatação decorre das características próprias do segmento automotivo, cuja atuação está vinculada a concessionárias autorizadas e distribuidores credenciados pelas montadoras, os quais operam mediante estrutura específica de comercialização, logística e assistência técnica, normalmente concentrada em centros urbanos de maior porte.



No âmbito do Município, não foram identificadas empresas que atuem de forma regular e estruturada na comercialização de veículos novos, com capacidade de atendimento às exigências relacionadas à procedência, garantia, conformidade técnica e entrega nos padrões exigidos pela Administração Pública. Trata-se, portanto, de limitação decorrente da própria configuração do mercado, e não de insuficiência no levantamento realizado.

Diante desse cenário, verifica-se que a restrição da contratação ao mercado municipal implicaria limitação indevida da competitividade, reduzindo significativamente o universo de potenciais fornecedores e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A inexistência de fornecedores locais aptos ao atendimento do objeto evidencia a necessidade de ampliação do alcance da contratação para âmbito regional ou nacional, de modo a assegurar a participação de empresas regularmente estruturadas, capazes de atender integralmente às condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Dessa forma, conclui-se que o levantamento do mercado municipal foi devidamente realizado, não tendo sido identificados fornecedores locais aptos a atender ao objeto da contratação, razão pela qual a condução do certame deverá observar a ampla competitividade, em conformidade com os princípios da isonomia, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **11.1. PESQUISA DE MERCADO – ÂMBITO REGIONAL**

Para fins de levantamento do mercado regional referente ao objeto da presente licitação, que consiste na aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, foi realizada análise técnica considerando a região de influência definida pelo Decreto Municipal nº 046/2024, compreendendo os Municípios de Acará, Baião, Concórdia do Pará, Mocajuba e Tailândia.

A análise teve como finalidade verificar a existência de fornecedores estabelecidos nesses municípios com capacidade técnica, operacional e comercial para o fornecimento de veículos automotores novos, em conformidade com as especificações exigidas pela Administração.

#### **RESULTADO DO LEVANTAMENTO REGIONAL**

A partir da análise realizada, verificou-se que, de modo geral, os municípios que compõem a região definida apresentam estrutura econômica voltada predominantemente a atividades comerciais locais, serviços básicos e setores primários, não se caracterizando como polos consolidados de comercialização de veículos novos por meio de concessionárias autorizadas.

O mercado automotivo de veículos novos, por sua natureza, encontra-se concentrado em centros urbanos de maior porte, nos quais há presença de concessionárias vinculadas diretamente às montadoras, com estrutura adequada para atendimento às exigências legais, técnicas e comerciais desse tipo de fornecimento.

No âmbito dos municípios de Acará, Baião, Concórdia do Pará e Mocajuba, não foram identificadas, de forma consistente, empresas com atuação estruturada no fornecimento de veículos novos, nos moldes exigidos pela presente contratação.

Quanto ao Município de Tailândia, embora apresente maior dinamismo econômico em relação aos demais da região, a análise não evidenciou, de forma segura, a existência de concessionárias autorizadas com capacidade plena de atendimento ao objeto nos padrões exigidos pela Administração Pública, especialmente no que se refere à garantia de procedência, vínculo com montadoras e atendimento às especificações técnicas do Termo de Referência.

## ANÁLISE TÉCNICA

O cenário identificado evidencia que, ainda que ampliado para o âmbito regional, o mercado disponível não apresenta nível de competitividade suficiente para assegurar a disputa ampla e efetiva no certame, caso haja restrição geográfica.

Tal realidade decorre da própria estrutura do mercado automotivo, que opera por meio de redes autorizadas, com presença concentrada em cidades-polo de maior porte, como capitais e centros regionais mais desenvolvidos.

Assim, a limitação da contratação ao âmbito regional poderia comprometer:

- A competitividade do certame;
- A obtenção da proposta mais vantajosa;
- A participação de fornecedores efetivamente aptos.

Diante do exposto, conclui-se que o levantamento do mercado regional, considerando os municípios definidos no Decreto Municipal nº 046/2024, foi devidamente realizado, não tendo sido identificados fornecedores com capacidade plena para atendimento do objeto da contratação nos padrões exigidos.

Dessa forma, justifica-se a necessidade de ampliação do alcance da licitação para nível mais abrangente, permitindo a participação de fornecedores estabelecidos em centros urbanos com estrutura adequada,

assegurando maior competitividade, eficiência e economicidade ao processo, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

## **12. APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS**

A presente contratação, que tem por objeto a aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, foi precedida de levantamento de mercado em âmbito municipal e regional, com vistas a identificar a existência de fornecedores aptos ao atendimento do objeto, inclusive para fins de eventual aplicação de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Nos termos do disposto nos arts. 47 a 49 da referida Lei Complementar, a Administração Pública poderá estabelecer tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante a concessão de margem de preferência ou mecanismos que favoreçam sua participação, desde que tal medida seja compatível com o interesse público e não comprometa a competitividade do certame.

Entretanto, a própria legislação estabelece limites para a aplicação desse benefício, especialmente quando não houver pluralidade de fornecedores aptos a atender ao objeto da contratação, de modo a assegurar disputa efetiva. Nesse sentido, a interpretação sistemática da norma e o entendimento consolidado dos órgãos de controle indicam que a aplicação do benefício pressupõe a existência de número mínimo de fornecedores potencialmente aptos, usualmente compreendido como, no mínimo, três participantes com capacidade real de execução do objeto.

No caso concreto, conforme demonstrado na pesquisa de mercado realizada:

- No âmbito municipal, não foram identificadas empresas com capacidade técnica e operacional para o fornecimento de veículos novos, nos moldes exigidos pela contratação;
- No âmbito regional, considerando os municípios definidos no Decreto Municipal nº 046/2024 (Acará, Baião, Concórdia do Pará, Mocajuba e Tailândia), igualmente não se verificou a existência de fornecedores estruturados, notadamente concessionárias ou distribuidores autorizados, aptos a atender integralmente às exigências do objeto.

Verifica-se, portanto, que o mercado apto ao fornecimento de veículos novos encontra-se concentrado em centros urbanos de maior porte, fora dos limites municipal e regional considerados, não havendo, nessas

circunscrições, quantitativo mínimo de empresas que permita a aplicação segura e eficiente do tratamento favorecido.

Dessa forma, a concessão de margem de preferência de até 10% para microempresas e empresas de pequeno porte de âmbito local ou regional, no presente caso, não se mostra viável, uma vez que:

- Não há número mínimo de fornecedores aptos que possibilite disputa efetiva;
- A aplicação do benefício poderia resultar em restrição indevida da competitividade;
- Haveria risco de frustração do caráter competitivo do certame;
- Poderia comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ademais, a aplicação indevida de tratamento diferenciado, sem respaldo em mercado efetivamente competitivo, pode configurar violação aos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e interesse público, todos previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante desse cenário, conclui-se que a não aplicação do benefício de margem de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte de âmbito municipal e regional não decorre de opção discricionária da Administração, mas sim de impossibilidade fática e jurídica, devidamente demonstrada por meio de pesquisa de mercado.

Assim, a condução do certame com ampla competitividade, sem a aplicação do referido benefício, mostra-se a medida mais adequada para assegurar a participação de fornecedores efetivamente aptos, garantir a seleção da proposta mais vantajosa e atender plenamente ao interesse público.

## **12.1. DA NÃO APLICAÇÃO DE COTA RESERVADA E DE ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A presente contratação, que tem por objeto a aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, foi estruturada com base na análise técnica do objeto, das condições de mercado e das disposições legais aplicáveis, especialmente aquelas previstas na Lei Complementar nº 123/2006.

Nos termos dos arts. 47 a 49 da referida Lei Complementar, admite-se a adoção de tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante a previsão de itens exclusivos ou reserva de cotas, desde que tal medida seja compatível com a natureza do objeto e não comprometa a eficiência da contratação.

Entretanto, no caso concreto, verifica-se a inviabilidade técnica e jurídica da aplicação de cota reservada ou de itens exclusivos, pelas razões a seguir expostas.

Inicialmente, destaca-se que o objeto da contratação contempla item de natureza indivisível, cuja execução não admite fracionamento sem prejuízo à sua integridade técnica e funcional. A tentativa de divisão artificial desse item, com o objetivo exclusivo de viabilizar a aplicação de benefício legal, configuraria fracionamento indevido, em afronta aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade, podendo comprometer a adequada execução do objeto.

Ademais, cumpre observar que a legislação estabelece que a aplicação de itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte está limitada às contratações cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00, conforme previsão da Lei Complementar nº 123/2006. No presente caso, os valores estimados dos itens ultrapassam esse limite legal, afastando, por si só, a possibilidade de enquadramento como item exclusivo.

No que se refere à eventual adoção de cota reservada para itens divisíveis, verifica-se que tal medida também não se mostra adequada. Isso porque o fracionamento da contratação, ainda que juridicamente possível em tese, comprometeria a padronização dos veículos a serem adquiridos, aspecto essencial para a Administração Pública, especialmente no que diz respeito à:

- Uniformidade da frota;
- Padronização de manutenção;
- Racionalização de peças e insumos;
- Eficiência na gestão operacional;
- Controle logístico e administrativo.

A aquisição de veículos com características distintas, decorrente da fragmentação da contratação entre diferentes fornecedores, poderia gerar dificuldades operacionais, aumento de custos indiretos e prejuízo à eficiência administrativa, contrariando o interesse público.

Além disso, a análise de mercado realizada demonstrou a ausência de número suficiente de fornecedores locais e regionais aptos, o que reforça a inadequação da aplicação de mecanismos que restrinjam ainda mais a competitividade do certame.

Dessa forma, a adoção de itens exclusivos ou cotas reservadas, no presente caso, não atenderia aos objetivos da Lei Complementar nº 123/2006, podendo, ao contrário, resultar em:



- Restrição indevida da competitividade;
- Comprometimento da vantajosidade da contratação;
- Risco à eficiência da execução contratual.

Diante do exposto, conclui-se que a não aplicação de cota reservada e de itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte encontra-se devidamente justificada, por se tratar de medida necessária à preservação da integridade do objeto, à manutenção da padronização da frota, à garantia da eficiência administrativa e à observância do interesse público, em conformidade com a legislação vigente.

### 13. CONTRATAÇÕES SIMILARES

Para fins de demonstração da viabilidade da contratação e aferição da compatibilidade dos preços estimados com o mercado, foram analisadas contratações similares realizadas por outros municípios, conforme quadro comparativo abaixo:

		CASTANHAL	PARAGOMINAS	XINGUARÁ
		PE Nº 031/2025	PE Nº 9/2026-00007	PE Nº 071/2025
<b>PICK-UP</b>	Valor de referencia	R\$ 232.040,00	R\$ 293.256,68	R\$ 3.150.762,73
	Valor adjudicado	R\$ 227.000,00	R\$ 279.900,00	R\$ 249.000,00
<b>VAN</b>	Valor de referencia	R\$ 479.527,14	R\$ 392.206,49	R\$ 497.633,33
	Valor adjudicado	R\$ 355.900,00	R\$ 359.900,00	R\$ 378.000,00

#### Análise de economicidade

A comparação entre os valores de referência e os valores adjudicados evidencia ganhos relevantes de economicidade nos certames analisados, conforme demonstrado:

#### Pick-up

- Castanhal: economia de aproximadamente 2,17%
- Paragominas: economia de aproximadamente 4,55%
- Xinguará: economia de aproximadamente 21,15%

#### Van

- Castanhal: economia de aproximadamente 25,78%
- Paragominas: economia de aproximadamente 8,23%

- Xinguará: economia de aproximadamente 24,04%

Os dados demonstram que contratações dessa natureza possuem alto potencial competitivo, com variações significativas entre os valores estimados e adjudicados, especialmente em função da disputa entre fornecedores e da padronização dos itens.

Destaca-se que:

- Há ganhos expressivos de economicidade, especialmente nos itens de maior valor agregado (vans);
- O mercado apresenta capacidade de absorção da demanda, com resultados consistentes em diferentes municípios;
- A adoção de critérios adequados de julgamento, aliada à ampla competitividade, tende a resultar em propostas mais vantajosas para a Administração.

Dessa forma, resta evidenciada a viabilidade da contratação, bem como a expectativa de obtenção de preços mais vantajosos, em conformidade com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **IMPACTO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS NO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A qualidade dos veículos a serem adquiridos exerce impacto direto e relevante no valor da contratação, devendo ser considerada como fator determinante para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Veículos que atendem integralmente às normas técnicas e regulamentares vigentes, com elevados padrões de desempenho, segurança e eficiência, tendem a apresentar custo inicial superior, quando comparados a alternativas de menor qualidade. Contudo, tal diferença se justifica sob a ótica do custo do ciclo de vida, uma vez que produtos de melhor qualidade proporcionam:

- Maior durabilidade e vida útil prolongada, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- Menor incidência de falhas mecânicas e elétricas, diminuindo custos com manutenção corretiva;
- Redução de custos operacionais, especialmente em consumo de combustível e eficiência energética;
- Maior disponibilidade dos veículos, evitando interrupções na prestação dos serviços públicos;
- Maior segurança para usuários e operadores, mitigando riscos de acidentes e responsabilizações.

Por outro lado, a aquisição de veículos com padrões inferiores de qualidade pode resultar em aparente economia inicial, porém tende a gerar custos indiretos elevados ao longo do tempo, tais como aumento de despesas com manutenção, maior indisponibilidade da frota e necessidade de reposição antecipada.

Nesse contexto, a Administração deve privilegiar especificações técnicas que assegurem um padrão mínimo de qualidade compatível com a finalidade pública, evitando tanto a aquisição de produtos inadequados quanto a imposição de exigências excessivas que possam restringir a competitividade do certame.

Dessa forma, a definição adequada das especificações técnicas no Termo de Referência contribui para o equilíbrio entre qualidade e economicidade, garantindo que o valor contratado reflita não apenas o menor preço, mas o melhor custo-benefício ao longo da vida útil do bem, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **ANÁLISE DE VALORES EXCESSIVOS E INEXEQUÍVEIS**

Durante a etapa de pesquisa e avaliação de preços, torna-se necessário identificar e desconsiderar propostas ou referências que possam distorcer a estimativa orçamentária, em virtude de apresentarem valores excessivos (acima do mercado) ou inexequíveis (abaixo do custo mínimo viável). Tal medida visa garantir que o orçamento estimado reflita fielmente a realidade do mercado e permita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais orientações de controle externo, são considerados:

### **a) Valores excessivos**

Propostas ou referências com preços significativamente superior à média de mercado, sem justificativa técnica plausível, incluindo casos como:

- Sobrepreço decorrente de margens especulativas ou de baixa concorrência;
- Custos logísticos ou operacionais artificialmente elevados;
- Divergências qualitativas que não justifiquem o acréscimo proposto.

A inclusão de tais valores na base estimativa poderia superdimensionar o orçamento e comprometer a economicidade do processo licitatório.

### **b) Valores inexequíveis**

Propostas com valores demasiadamente baixos, incompatíveis com custos mínimos de produção, aquisição ou fornecimento dos materiais, tais como:

- Itens ofertados abaixo do preço de matéria-prima ou insumos;
- Produtos sem certificação ou padrões de qualidade obrigatórios;
- Erros de cotação ou estratégia predatória (dumping) para eliminação da concorrência.

Preços inexequíveis representam risco contratual, podendo resultar em:

- Fornecimento de produtos de baixa qualidade ou fora de conformidade normativa;
- Descumprimento parcial ou total da contratação;
- Necessidade de substituições frequentes ou rescisões contratuais com prejuízo ao interesse público.

Para efeito desta análise, adotaram-se critérios técnicos como:

- média, mediana e desvio padrão dos preços pesquisados;
- compatibilidade dos preços com normas técnicas e certificações exigidas;
- coerência dos valores com custos logísticos e de mercado na região;
- histórico de preços em processos similares identificados na consulta comparativa.

Assim, desconsideraram-se as cotações que se mostraram fora da banda razoável de variação, assegurando que o valor estimado para a presente contratação permaneça tecnicamente justificado, equilibrado e condizente com a realidade mercadológica.

A adoção desses critérios reforça a observância aos princípios da economicidade, vantajosidade, eficiência, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, fortalecendo a segurança jurídica e a integridade do planejamento da contratação.

#### **14. MEDIDAS MITIGADORAS ADOTADAS NO CERTAME**

Considerando os apontamentos acima relacionados, incluindo a necessidade de controle de preços, prevenção de valores excessivos ou inexequíveis, garantia de qualidade dos produtos, competitividade do certame e promoção do desenvolvimento econômico local, serão adotadas medidas mitigadoras durante a condução do processo licitatório, com vistas a assegurar maior segurança jurídica, eficiência administrativa e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As ações preventivas visam reduzir riscos de irregularidades, proteger o interesse público e assegurar o adequado equilíbrio econômico-financeiro da contratação. Entre as principais medidas, destacam-se:

### EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, constata-se que:

- Municípios com altas economias percentuais podem estar sujeitas a propostas de risco, com potenciais reflexos na qualidade e no cumprimento contratual.
- Municípios com economias mínimas indicam baixa competitividade, o que reforça a necessidade de medidas que estimulem maior participação de fornecedores sérios e preparados.

Tal exigência está respaldada no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

**Obs. 01:** A exigência de garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes e a estabilidade do certame. Essa garantia visa evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou a desistência imotivada do participante após a fase de lances, situações que poderiam comprometer a eficiência da contratação e gerar atrasos no atendimento das necessidades da Administração.

A adoção desse mecanismo confere maior segurança à disputa, inibe práticas oportunistas e contribui para a seleção de fornecedores comprometidos, garantindo que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do procedimento. Além disso, a garantia da proposta protege a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, possibilitando a execução da garantia como forma de recomposição do dano causado.

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Tomé Açu. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. **Banco do Brasil Ag 0878-8; C/c 12.142-8**
- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.



- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

**Obs. 02:** Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução.

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

**Obs. 03:** A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

**Obs. 04:** Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

**Obs. 05:** A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência.

**Obs. 06:** Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

**Obs. 07:** No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento (o comprovante deve estar em nome da empresa licitante), como condição para a validação da proposta. A data dos docs devem ser compatíveis com a data de abertura do certame, sendo assim não pode ser com data posterior.

**Obs. 08: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência. Fica vetado o encaminhamento de documentações diversas no campo de garantia das propostas (docs de habilitação, por exemplo).**

**Obs. 09: DA DEVOLUÇÃO DA CAUÇÃO**

**ANEXO I — MODELO DE OFÍCIO PARA SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE CAUÇÃO**

A devolução dos valores prestados a título de caução, quando realizada em dinheiro, observará as condições previstas no instrumento convocatório e na legislação aplicável, especialmente quanto ao prazo e às hipóteses de restituição da garantia da proposta.

Para fins de solicitação de devolução da caução, ou para comunicação de eventual ausência de devolução dentro do prazo previsto, o licitante deverá encaminhar ofício formal à Secretaria Municipal de Finanças, por meio do endereço eletrônico oficial do referido órgão ([tesourariapmta@gmail.com](mailto:tesourariapmta@gmail.com)), contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- a) Número do Pregão Eletrônico;
- b) Objeto da licitação;
- c) Identificação completa da empresa solicitante, incluindo razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail para contato;
- d) Indicação dos dados bancários para restituição, quando aplicável;
- e) Comprovante do pagamento/depósito realizado a título de caução;
- f) Demais documentos que auxiliem na identificação do recolhimento e vinculação ao certame.

O ofício deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou por procurador devidamente constituído, devendo conter solicitação expressa de devolução da caução ou, conforme o caso, comunicação formal de que a restituição ainda não foi realizada.

A ausência de informações mínimas ou de documentos comprobatórios poderá impedir ou retardar a análise da solicitação, cabendo à empresa interessada promover a correta instrução do pedido.

A Administração, após o recebimento da solicitação formal e a conferência das informações apresentadas, adotará as providências cabíveis junto ao setor competente para análise e processamento da devolução, observados os prazos administrativos e as regras estabelecidas no edital.

### SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Tal processo limitar-se-á às empresas que possuam, minimamente, os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

#### **a. ITENS DE RELEVÂNCIA:**

Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública exigir, como condição de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, especialmente em relação à parcela de maior relevância do valor de referência. Tal exigência deverá considerar critérios objetivos como o valor, vulto, complexidade ou impacto dos itens no conjunto da contratação.

No presente certame, com fundamento no referido dispositivo legal, será exigida a comprovação de capacidade técnica específica para os itens cuja relevância seja igual ou superior a **4% (quatro por cento)** do valor global estimado da contratação, por serem considerados tecnicamente sensíveis e de impacto direto na efetiva execução do objeto licitado, conforme Art. 67 da Lei 14.133/2021. Essa medida visa assegurar que o contratado possua experiência comprovada na execução de fornecimentos similares, com grau de complexidade compatível e desempenho satisfatório, mitigando riscos de inexecução, falhas técnicas, atrasos e outros prejuízos à Administração Pública.

A adoção desse critério não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica e legal, visando preservar o interesse público e promover uma contratação eficiente e segura. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, razoabilidade, legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a participação de licitantes com capacidade comprovada para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo nas parcelas críticas e estratégicas do objeto.

#### **b. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA – ATESTADOS**

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, que consiste na aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a Administração entende como necessária a exigência de comprovação de capacidade técnica por parte dos licitantes, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A exigência fundamenta-se no fato de que o objeto envolve o fornecimento de bens permanentes de relevante impacto operacional para a Administração, os quais devem atender a requisitos mínimos de qualidade, procedência, garantia e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Após análise técnica dos itens que compõem a contratação, verifica-se que ambos os itens são considerados relevantes e possuem complexidade suficiente para justificar a exigência de atestados de capacidade técnica, na medida em que envolvem o fornecimento de veículos com características específicas, destinados ao suporte direto das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Educação.

A exigência de atestados visa assegurar que os licitantes possuam experiência prévia compatível com o objeto licitado, demonstrando aptidão para o fornecimento de veículos em condições adequadas de qualidade, prazo e conformidade técnica, reduzindo riscos relacionados à execução contratual e garantindo maior segurança à Administração.

Ressalta-se que a comprovação da capacidade técnica será exigida de forma proporcional e compatível com o objeto, não se tratando de requisito excessivo ou restritivo, mas sim de medida necessária à verificação da aptidão dos fornecedores, em consonância com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a exigência não se dará de forma desarrazoada ou desproporcional, sendo suficiente a comprovação de fornecimento anterior de bens similares ao objeto da contratação, não se exigindo identidade absoluta de características, mas sim compatibilidade técnica e operacional, de modo a preservar a competitividade do certame.

Dessa forma, a exigência de atestados de capacidade técnica mostra-se adequada e necessária, pois:

- Garante maior segurança na execução contratual;
- Reduz riscos de fornecimento inadequado;
- Assegura a seleção de fornecedores com experiência comprovada;
- Preserva o interesse público na obtenção de bens de qualidade.

Conclui-se, portanto, que a exigência de comprovação da capacidade técnica por meio de atestados encontra-se devidamente justificada, sendo medida legítima, proporcional e alinhada aos princípios da isonomia, competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

## **CONSOLIDAÇÃO DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

### **a) Natureza dos atestados**

Para fins de habilitação técnica, será exigida a comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, por meio da apresentação de atestados de capacidade

técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de veículos.

#### **b) Critério de comprovação mínima**

Considerando a natureza do objeto e os quantitativos estimados como razoáveis, a exigência de qualificação técnica será estabelecida de forma proporcional, em observância ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, evitando-se restrições indevidas à competitividade.

Dessa forma, a comprovação deverá observar os seguintes parâmetros:

- Para itens com quantitativo de até 03 (três) unidades, o licitante deverá apresentar no mínimo 02 (dois) atestados de fornecimento similar, compatíveis com o objeto licitado;
- Para itens com quantitativo de 01 (uma) unidade, será exigida a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de fornecimento equivalente.

#### **c) Caracterização da similaridade**

Serão considerados compatíveis os atestados que demonstrem o fornecimento de veículos com características semelhantes às especificadas no edital, admitindo-se variações desde que não comprometam a finalidade e a complexidade do objeto.

#### **c. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS**

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.

- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

### COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

A comprovação da exequibilidade das propostas ofertadas desempenha um papel fundamental no processo de licitação. Ao exigir que os licitantes apresentem uma planilha de composição de custos detalhada, acompanhada de documentação comprobatória, estamos garantindo que as propostas não apenas sejam competitivas, mas também viáveis na prática. Essa medida não irá apenas fortalecer a integridade do processo licitatório, mas também assegura que os contratantes selecionados possuam os meios necessários para cumprir as obrigações contratadas de maneira eficiente e sem comprometer a qualidade ou prazos estabelecidos.

Para este processo **SERÁ CONSIDERADO INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE LANCES QUE APRESENTEM 25% DE ECONOMIA REFERENTE AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO;**

Será solicitado em diligência documentos pertinentes para tal comprovação (realizado logo após a fase de lances, antes mesmo de passar para a fase habilitaria)

Deve conter mais especificações sobre critérios de comprovação no rol “FASE DE JULGAMENTO” do Edital.

Essas medidas de controle preventivo refletem o compromisso da Administração Municipal com a transparência, eficiência e boa governança nas contratações públicas, fortalecendo o planejamento e garantindo maior segurança jurídica e técnica ao processo licitatório.

A seguir, descrevem-se os requisitos necessários para assegurar que o fornecimento atenda integralmente aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade, desempenho e conformidade técnica, exigidos para o adequado aparelhamento das unidades administrativas, operacionais e de atendimento do Município.

### **15. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**

**a. Prazo de Entrega:** Os bens deverão ser entregues conforme as solicitações emitidas pela Secretaria demandante.

Fica estabelecido como prazo máximo:



- 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado pela contratada e formalmente autorizado pela Administração.

#### **b. Local e Horário de Entrega**

As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Administração no momento da solicitação, observando-se:

- Horário: das 08h às 12h, de segunda a sexta-feira;
- Locais: Locais indicados conforme necessidade da Secretaria demandante, podendo ser selecionado regiões de fácil acesso dentro do município.

O endereço específico será informado conforme cada solicitação.

Toda a logística de entrega (incluindo transporte, carga, descarga) será de inteira responsabilidade da contratada, não sendo admitido qualquer ônus adicional ao Município.

#### **c. Qualidade, Conformidade e Padronização dos Produtos**

Os veículos deverão ser produzidos e entregues em conformidade com todas as normas técnicas e legais vigentes, incluindo:

- PROCONVE (IBAMA) – Emissões atmosféricas conforme a fase obrigatória vigente;
- INMETRO/ABNT – Padrões técnicos e de segurança veicular;
- DETRAN/CONTRAN/DENATRAN – Equipamentos obrigatórios e demais exigências de trânsito;
- Código de Defesa do Consumidor – Garantia legal de qualidade, desempenho e segurança.

#### **d. Responsabilidade Logística**

A contratada deverá assegurar que o transporte e o manuseio dos bens ocorram de forma adequada, garantindo:

- Integridade física e funcional dos itens até o recebimento definitivo;
- Utilização de embalagens apropriadas e proteção contra impactos, umidade ou outros danos;

- Substituição imediata, sem custos adicionais, de quaisquer itens danificados ou entregues em desconformidade.

#### **e. Conformidade Legal e Responsabilidades**

A empresa contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mantendo durante toda a vigência contratual:

- Regularidade fiscal, trabalhista e técnica;
- Responsabilidade civil, administrativa e contratual pelo fornecimento;
- Fiel observância das especificações e condições pactuadas.

#### **f. Documentação Técnica e Legal Completa**

A contratada deverá fornecer, no ato da entrega dos veículos, toda a documentação necessária à sua incorporação ao patrimônio público, à legalização junto aos órgãos de trânsito e à garantia de rastreabilidade, incluindo:

- Nota fiscal eletrônica individualizada por veículo;
- Termos de recebimento provisório e definitivo, nos moldes exigidos pela Lei nº 14.133/2021;
- Laudo técnico da montadora ou revenda autorizada, atestando a conformidade e a integridade do veículo;
- Entregar as duas chaves do veículo, sendo a original e a reserva, assegurando que ambas estejam em perfeitas condições de uso e devidamente identificadas
- Manuais do proprietário e de manutenção, em português e entregues em formato impresso e/ou digital;
- Documentação veicular completa, certificado de conformidade ambiental (PROCONVE), entre outros exigidos pelo órgão de trânsito.

### **15.1. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Fica vedada a subcontratação do objeto principal da presente contratação, consistente no fornecimento dos veículos objeto deste Termo de Referência, considerando a necessidade de manutenção da responsabilidade integral da contratada quanto à qualidade, regularidade, garantia, procedência e conformidade dos bens fornecidos à Administração Pública.

A vedação busca assegurar maior controle contratual, rastreabilidade da execução, padronização dos veículos fornecidos e responsabilização direta da empresa contratada perante a Administração, reduzindo riscos relacionados à desconformidade técnica, fornecimento inadequado, sobrepreço, falhas de garantia e dificuldades na fiscalização contratual.

Admite-se, entretanto, a execução indireta de atividades acessórias e instrumentais à entrega do objeto, tais como transporte, logística, emplacamento, despachante documental, licenciamento e demais procedimentos administrativos correlatos, desde que não impliquem transferência da responsabilidade contratual da contratada principal, a qual permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela perfeita execução do objeto contratado.

### **16. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

#### **a) Fornecimento e Entrega**

- Atender rigorosamente às especificações do Termo de Referência;
- Realizar entregas conforme demanda administrativa;
- Garantir padronização, qualidade e acondicionamento adequado dos bens.

#### **b) Qualidade e Conformidade Técnica**

- Observar normas técnicas aplicáveis (ABNT, INMETRO etc.);
- Apresentar, quando solicitado, fichas técnicas, certificados e laudos;
- Assegurar desempenho, durabilidade e segurança dos produtos.

#### **c) Transporte e Descarga**

- Responsabilizar-se por transporte, carga e descarga;
- Utilizar meios adequados à preservação dos bens;
- Prevenir danos durante o manuseio.

**d) Regularidade e Obrigações Acessórias**

- Manter regularidade fiscal, trabalhista e técnica;
- Cumprir obrigações legais relacionadas à execução contratual;
- Assumir responsabilidade por danos ao patrimônio público ou a terceiros.

**e) Sustentabilidade e Descarte**

- Priorizar práticas sustentáveis e uso racional de recursos;
- Destinar corretamente embalagens e resíduos;
- Recolher materiais danificados ou inutilizados, evitando descarte inadequado.

**17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá adotar as providências necessárias antes da formalização do contrato administrativo decorrente da aquisição de bens permanentes, compreendendo mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais.

**a) Designação formal do gestor e fiscais do contrato**

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser realizada designação formal, prévia e expressa, por autoridade competente, do gestor do contrato e dos fiscais técnico e administrativo, com indicação de respectivos suplentes.

O ato de designação deverá estabelecer, de forma clara, as atribuições de cada agente, assegurando o acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da execução contratual, especialmente quanto:

- À conformidade dos bens entregues com as especificações do Termo de Referência;
- Ao cumprimento dos prazos de entrega;
- A regularidade documental, fiscal e contratual da execução.

**b) Capacitação técnica dos encarregados da fiscalização**

Deverá ser assegurado que os agentes designados para fiscalização possuam conhecimento mínimo acerca das características técnicas dos bens a serem fornecidos, incluindo:

- Especificações básicas de mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e audiovisuais;
- Normas técnicas aplicáveis (ABNT, INMETRO e demais certificações exigíveis);
- Procedimentos de verificação da conformidade do fornecimento, tais como:
  - ✓ Conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues;
  - ✓ Verificação da integridade física, funcionamento e estado de conservação;
  - ✓ Análise de notas fiscais, termos de recebimento provisório e definitivo e demais documentos correlatos.

Essa medida visa reduzir riscos de recebimento inadequado e assegurar execução contratual eficiente.

#### c) Revisão e atualização do Termo de Referência

Antes da formalização do contrato, deverá ser realizada conferência final do Termo de Referência, a fim de:

- Assegurar clareza e objetividade das especificações técnicas;
- Confirmar a compatibilidade das condições de fornecimento, entrega, garantia e substituição;
- Verificar coerência entre o edital, a proposta vencedora e a futura minuta contratual;
- Mitigar riscos de divergência interpretativa ou execução inadequada.

#### d) Verificação da adequação orçamentária

Deverá ser confirmada a compatibilidade da contratação com:

- A dotação orçamentária específica e suficiente;
- O planejamento anual de contratações do Município, quando aplicável.

Deverá ser observado o prévio empenho da despesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 4.320/1964, antes da execução do objeto.

#### e) Formalização da minuta contratual e aprovação jurídica

A minuta contratual deverá ser submetida à análise da assessoria jurídica, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de:

- Verificar legalidade e conformidade com o edital e a proposta vencedora;
- Assegurar adequada distribuição de riscos entre as partes;

- Resguardar o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

f) Planejamento do controle operacional do fornecimento

Antes da assinatura contratual, deverá ser estruturado o fluxo interno de controle da execução, contemplando:

- Definição dos responsáveis pelo acompanhamento das ordens de fornecimento;
- Estabelecimento de critérios objetivos para conferência dos bens entregues, incluindo:
  - ✓ Correspondência entre itens entregues e especificações contratadas;
  - ✓ Verificação de prazos, quantidades e condições de funcionamento;
  - ✓ Conferência documental e fiscal da execução;
- Manutenção de registros administrativos que assegurem rastreabilidade, transparência e controle patrimonial dos bens incorporados.

## 18. INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Assessoria Contábil da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu e dos Fundos Municipais, CERTIFICA que existem recursos orçamentários disponíveis na Lei Municipal nº 2.306 de 11 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual, aprovada para o exercício de 2026, com o objetivo de assegurar o empenhamento prévio da despesa, conforme o art. 60 da Lei Federal n.º 4.320/64.

O empenhamento prévio das despesas, decorrentes da aquisição dos materiais ou contratação dos **serviços** constantes do objeto supramencionado, correrão à conta da(s) dotação(es) orçamentária(s) disponíveis na LOA/2026, conforme demonstrada(as) abaixo:

<b>Unidade Gestora</b>	<b>FUNDEB</b>
<b>Unid. Orçamentária</b>	<b>FUNDEB</b>
<b>Func. Programática</b>	2.140 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Adm 30%
<b>Natureza da Despesa</b>	4.4.90.52.00 Equipamentos e material permanente
<b>Subelemento:</b>	4.4.90.52.52 Veículos de Tração Mecânica
<b>Fonte de Recurso</b>	15420000 Transf. do FUNDEB - Comple. União - VAAT



## **19. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL DE CONTRATO**

Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos bens, de forma contínua e sistemática, verificando o fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, quando houver, e no contrato, cabendo-lhe, no mínimo:

- verificar se os bens entregues correspondem exatamente às especificações técnicas, marcas, modelos e características definidas no instrumento convocatório e no contrato;
- conferir as quantidades, integridade física, estado de conservação e funcionamento dos itens fornecidos;
- acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos contratualmente;
- verificar a adequação das embalagens, acondicionamento e identificação dos produtos;
- registrar formalmente quaisquer não conformidades, avarias, divergências ou falhas identificadas durante o fornecimento;
- comunicar formalmente à contratada a ocorrência de irregularidades, solicitando a correção imediata ou a substituição dos bens, quando necessário;
- atestar o recebimento provisório e definitivo somente após a verificação da plena conformidade dos bens com as condições pactuadas;
- manter registros administrativos das ordens de fornecimento, entregas realizadas, termos de recebimento, substituições e documentos fiscais;
- subsidiar o gestor do contrato quanto à adoção de medidas corretivas e à eventual aplicação de penalidades, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As atividades de fiscalização deverão ser exercidas em observância aos princípios da legalidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público, com o objetivo de assegurar a adequada execução contratual, a qualidade dos bens fornecidos e a proteção do erário.

## **20. IMPACTO AMBIENTAL**

A presente contratação, que tem por objeto a aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, envolve potenciais impactos ambientais inerentes à sua natureza, os quais devem ser devidamente analisados e mitigados, em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável, eficiência e responsabilidade ambiental, previstos na Lei nº 14.133/2021.

A análise considera o ciclo de vida completo dos veículos, abrangendo as etapas de aquisição, utilização, manutenção e descarte final, de modo a garantir que a atuação administrativa ocorra de forma consciente e alinhada às boas práticas ambientais.

## ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os principais impactos ambientais associados à contratação podem ser assim sintetizados:

- Emissão de gases poluentes decorrentes da queima de combustíveis fósseis;
- Consumo de recursos naturais não renováveis;
- Geração de resíduos potencialmente poluentes (óleos, filtros, pneus e baterias);
- Risco de contaminação do solo e da água em caso de descarte inadequado;
- Impactos indiretos relacionados à cadeia produtiva dos veículos.

Tais impactos, embora inerentes à natureza do objeto, podem ser significativamente reduzidos mediante a adoção de medidas técnicas adequadas ao longo de toda a execução contratual.

## MEDIDAS MITIGADORAS – FASE DE AQUISIÇÃO

Na fase de aquisição, a Administração adotará critérios técnicos voltados à redução dos impactos ambientais, priorizando veículos que atendam às normas ambientais vigentes e apresentem melhor desempenho energético.

Nesse sentido, destacam-se:

- Exigência de conformidade com padrões ambientais estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes;
- Observância dos limites de emissão veicular;
- Preferência por veículos com maior eficiência energética e menor consumo de combustível;
- Especificações técnicas que não incentivem consumo excessivo ou desnecessário de recursos;
- Seleção de bens com maior durabilidade e menor necessidade de substituição.

Essas medidas contribuem para que a contratação já se inicie com um perfil ambiental mais adequado e sustentável.

## MEDIDAS MITIGADORAS – FASE DE UTILIZAÇÃO

Durante a utilização dos veículos, a mitigação dos impactos dependerá diretamente da gestão operacional adotada pela Administração.

Assim, serão implementadas as seguintes práticas:

- Realização de manutenção preventiva e periódica dos veículos;
- Controle e monitoramento do consumo de combustível;
- Planejamento logístico das rotas, reduzindo deslocamentos desnecessários;
- Adoção de práticas de condução econômica e eficiente;
- Monitoramento do desempenho operacional da frota.

Essas ações visam reduzir emissões, otimizar o uso dos recursos e prolongar a vida útil dos veículos.

## GESTÃO AMBIENTAL NA MANUTENÇÃO

A fase de manutenção demanda atenção especial quanto à destinação dos resíduos gerados, sendo adotadas medidas que assegurem o cumprimento das normas ambientais.

Dentre as ações previstas:

- Destinação adequada de óleos lubrificantes, filtros, pneus e baterias;
- Encaminhamento dos resíduos a empresas licenciadas ou sistemas de logística reversa;
- Prevenção de vazamentos e contaminação ambiental;
- Controle dos procedimentos de manutenção realizados.

Essa etapa é essencial para evitar impactos ambientais mais severos e garantir a conformidade legal.

## DESTINAÇÃO FINAL DOS VEÍCULOS

Ao término da vida útil dos veículos, a Administração adotará medidas que assegurem a destinação ambientalmente adequada, evitando riscos ao meio ambiente.

Serão observadas as seguintes diretrizes:

- Alienação dos veículos conforme legislação vigente (ex.: leilão público);

- Encaminhamento para reaproveitamento ou reciclagem;
- Destinação adequada de componentes inservíveis;
- Proibição de descarte irregular ou abandono.

#### SÍNTESE DOS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS

ETAPA	IMPACTO AMBIENTAL IDENTIFICADO	MEDIDAS MITIGADORAS	RESULTADO ESPERADO
Aquisição	Escolha de veículos com maior emissão e consumo	Especificação técnica com critérios de eficiência energética e conformidade ambiental	Redução do impacto já na origem da contratação
Aquisição	Seleção inadequada de bens com baixa durabilidade	Priorizar veículos com maior vida útil e qualidade comprovada	Menor necessidade de substituição e menor geração de resíduos
Utilização	Emissão de gases poluentes	Manutenção preventiva e condução eficiente	Redução das emissões e melhor desempenho ambiental
Utilização	Consumo excessivo de combustível	Planejamento de rotas e controle de consumo	Otimização do uso de recursos naturais
Manutenção	Geração de resíduos perigosos	Destinação adequada e logística reversa	Evita contaminação ambiental
Manutenção	Vazamentos e descarte irregular	Controle técnico e fiscalização dos serviços	Prevenção de danos ao solo e à água
Descarte	Destinação inadequada de veículos inservíveis	Alienação legal e encaminhamento para reciclagem	Redução de impactos ambientais de longo prazo
Ciclo completo	Impacto ambiental acumulado	Gestão integrada do ciclo de vida dos veículos	Sustentabilidade e eficiência administrativa

Diante da análise realizada, conclui-se que, embora a contratação envolva impactos ambientais inerentes à sua natureza, a adoção das medidas mitigadoras propostas permite reduzir significativamente tais efeitos, assegurando que a execução contratual ocorra de forma ambientalmente responsável.

A presente contratação, portanto, mostra-se compatível com os princípios da sustentabilidade, atendendo ao interesse público sem desconsiderar a necessária proteção ao meio ambiente.

#### **21. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A presente contratação, que tem por objeto a aquisição de veículos destinados à Secretaria Municipal de Educação – SEMED, não deve ser analisada de forma isolada, mas sim inserida no contexto mais amplo da estrutura administrativa e operacional do Município, considerando possíveis contratações correlatas e/ou interdependentes que possam impactar sua execução, eficiência e continuidade.

Nesse sentido, considera-se:

- Contratações correlatas: aquelas que, embora autônomas, guardam relação indireta com o objeto, contribuindo para sua plena utilização e desempenho;
- Contratações interdependentes: aquelas cuja execução está diretamente vinculada à operacionalização do objeto, sendo essenciais para seu funcionamento adequado.

## CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES

No caso concreto, a utilização plena dos veículos adquiridos depende da existência de contratações diretamente relacionadas à sua operação e manutenção, destacando-se:

- **Fornecimento de combustíveis (gasolina/diesel):** Essencial para a operacionalização dos veículos, devendo estar devidamente contratado ou previsto no planejamento anual da Administração.
- **Serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota:** Incluindo mecânica, elétrica, troca de peças e revisões periódicas, fundamentais para garantir a durabilidade e o funcionamento adequado dos veículos.
- **Aquisição de insumos e peças automotivas:** Como pneus, baterias, lubrificantes e filtros, necessários para a manutenção contínua da frota.
- **Gestão e controle de abastecimento:** Sistemas ou contratos que permitam o controle eficiente do consumo de combustível, prevenindo desperdícios e garantindo rastreabilidade.

Essas contratações possuem natureza interdependente, pois sua ausência comprometeria diretamente a utilização dos veículos adquiridos.

## CONTRATAÇÕES CORRELATAS

Além das interdependentes, identificam-se contratações correlatas que, embora não impeçam a utilização imediata dos veículos, contribuem significativamente para sua eficiência e gestão adequada:

- Serviços de gestão de frota (rastreamento e monitoramento): Permitem maior controle operacional, segurança e otimização de rotas.
- Capacitação de condutores: Voltada à condução segura, econômica e preventiva, reduzindo custos operacionais e impactos ambientais.
- Seguros veiculares: Embora não obrigatórios, representam importante instrumento de mitigação de riscos patrimoniais.

- Sistemas administrativos de controle logístico: Voltados à organização das rotinas de uso, manutenção e desempenho da frota.

Tais contratações possuem caráter complementar, agregando valor à gestão pública e promovendo maior eficiência no uso dos bens adquiridos.

## ANÁLISE DE INTEGRAÇÃO COM O PLANEJAMENTO

A análise das contratações correlatas e interdependentes demonstra que:

- A aquisição dos veículos não configura contratação isolada, estando inserida em um conjunto de ações administrativas já estruturadas ou passíveis de estruturação;
- As contratações interdependentes identificadas são comuns à gestão de frota pública, não representando inovação ou complexidade extraordinária;
- Não há dependência de contratação futura incerta que inviabilize ou condicione a presente aquisição;
- A Administração já possui experiência e estrutura mínima para absorver e operacionalizar os veículos adquiridos.

## INEXISTÊNCIA DE DEPENDÊNCIA CRÍTICA

Importante destacar que:

- A ausência eventual de contratações correlatas não impede a utilização imediata dos veículos, apenas reduz sua eficiência;
- As contratações interdependentes são rotineiras e já integradas à dinâmica administrativa, não representando risco relevante de descontinuidade;
- Não há necessidade de contratação simultânea obrigatória para viabilizar o objeto principal.

Assim, conclui-se que a contratação é autônoma sob o ponto de vista jurídico e viável sob o ponto de vista operacional.

## SÍNTESE DAS CONTRATAÇÕES RELACIONADAS

TIPO	CONTRATAÇÃO	NATUREZA	GRAU DE DEPENDÊNCIA	IMPACTO NA EXECUÇÃO
Interdependente	Fornecimento de combustível	Essencial	Alto	Sem combustível, inviabiliza o uso



Interdependente	Manutenção da frota	Essencial	Alto	Compromete funcionamento e durabilidade
Interdependente	Peças e insumos automotivos	Essencial	Alto	Impacta diretamente na operação
Interdependente	Controle de abastecimento	Essencial	Médio/Alto	Afeta controle e eficiência
Correlata	Gestão de frota (rastreamento)	Complementar	Médio	Melhora eficiência e segurança
Correlata	Capacitação de condutores	Complementar	Médio	Reduz custos e riscos
Correlata	Seguro veicular	Complementar	Médio	Mitiga riscos patrimoniais
Correlata	Sistemas de controle logístico	Complementar	Baixo/Médio	Organiza a gestão da frota

Diante da análise realizada, verifica-se que a presente contratação possui integração com outras contratações típicas da gestão de frota, especialmente aquelas de natureza interdependente, indispensáveis à sua plena operacionalização.

Contudo, tais contratações:

- São rotineiras e previsíveis no âmbito da administração pública;
- Não configuram dependência crítica que impeça a execução do objeto;
- Não comprometem a autonomia da presente contratação.

Assim, conclui-se que a aquisição dos veículos é tecnicamente viável, operacionalmente sustentável e compatível com o planejamento administrativo, estando devidamente inserida no contexto das ações governamentais voltadas ao atendimento das demandas da SEMED.

## 22. MAPA DE RISCO

O presente Mapa de Risco tem por finalidade identificar, analisar e propor medidas de mitigação para os principais riscos associados à contratação de aquisição de veículos, em todas as fases do processo, em conformidade com os princípios do planejamento, eficiência e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021.

A análise contempla as fases de planejamento, seleção do fornecedor, contratação e execução, considerando aspectos jurídicos, operacionais, técnicos e orçamentários.

## 22.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Os riscos foram classificados conforme:

- Probabilidade: Baixa | Média | Alta
- Impacto: Baixo | Médio | Alto
- Nível de risco: resultado da combinação entre probabilidade e impacto

## 22.2 RISCOS NA FASE DE PLANEJAMENTO

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Dimensionamento inadequado	Quantitativos superiores ou inferiores à necessidade real	Média	Alto	Alto	Uso de histórico de consumo, validação pelos setores demandantes e memória de cálculo
Especificação restritiva	Direcionamento indevido ou limitação da competitividade	Baixa	Alto	Médio	Padronização com base em mercado e validação técnica
Pesquisa de preços inconsistente	Preço estimado incompatível com mercado	Média	Alto	Alto	Aplicação da IN nº 65/2021, uso de múltiplas fontes (PNCP, TCM, fornecedores)
Falha na análise da necessidade	Aquisição desnecessária	Baixa	Alto	Médio	Avaliação prévia da frota existente e contratos vigentes
Ausência de previsão orçamentária	Inviabilidade financeira da contratação	Baixa	Alto	Médio	Conferência de dotação e alinhamento com LOA

## 22.3 RISCOS NA FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Baixa competitividade	Poucos licitantes participando	Média	Médio	Médio	Divulgação ampla (PNCP, Portal, redes institucionais)
Propostas inexecutáveis	Valores muito abaixo do mercado	Média	Alto	Alto	Aplicação de diligência e comprovação de exequibilidade
Documentação irregular	Falhas na habilitação dos licitantes	Média	Médio	Médio	Conferência rigorosa e diligências
Recursos e impugnações	Atraso no processo	Média	Médio	Médio	Clareza no edital e fundamentação técnica
Desclassificação indevida	Risco jurídico por erro de julgamento	Baixa	Alto	Médio	Parecer técnico e motivação adequada

## 22.4 RISCOS NA FASE DE CONTRATAÇÃO

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Atraso na assinatura do contrato	Morosidade administrativa ou do fornecedor	Média	Médio	Médio	Controle de prazos e notificações formais
Erros no instrumento contratual	Inconsistências jurídicas	Baixa	Alto	Médio	Revisão jurídica e padronização
Falta de garantia de execução	Risco de descumprimento	Baixa	Médio	Baixo	Avaliação da necessidade de garantia

Divergência entre edital e contrato	Problemas na execução	Baixa	Alto	Médio	Conferência prévia dos documentos
-------------------------------------	-----------------------	-------	------	-------	-----------------------------------

## 22.5 RISCOS NA FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Entrega fora do prazo	Atraso no fornecimento dos veículos	Média	Alto	Alto	Aplicação de penalidades e acompanhamento contratual
Entrega de veículo fora das especificações	Produto em desacordo com edital	Média	Alto	Alto	Inspeção técnica no recebimento
Veículos com defeitos	Problemas mecânicos ou elétricos	Média	Alto	Alto	Exigência de garantia e testes
Inexecução contratual	Não cumprimento total ou parcial	Baixa	Alto	Médio	Aplicação de sanções administrativas

## 22.6 RISCOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Oscilação de preços	Variação de mercado	Média	Médio	Médio	Atualização da pesquisa antes da licitação
Insuficiência orçamentária	Falta de recursos para pagamento	Baixa	Alto	Médio	Planejamento financeiro e controle de empenhos
Pagamento indevido	Erro na liquidação	Baixa	Alto	Médio	Fiscalização e conferência documental

## 22.7 RISCOS OPERACIONAIS E LOGÍSTICOS

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Dificuldade de entrega no município	Logística e localização	Média	Médio	Médio	Definição clara de local e prazo de entrega
Falta de estrutura para recebimento	Ausência de equipe técnica	Baixa	Médio	Baixo	Designação de fiscais e equipe de recebimento
Problemas no transporte dos veículos	Danos durante entrega	Baixa	Médio	Baixo	Responsabilização contratual do fornecedor

## 22.8 CONCLUSÃO DO MAPA DE RISCO

A análise evidencia que os riscos mais relevantes se concentram nas fases de planejamento e execução, especialmente quanto à definição adequada do objeto, formação do preço estimado e conformidade dos veículos entregues.

Contudo, os riscos identificados são plenamente mitigáveis, desde que observadas as medidas propostas, destacando-se:

- Planejamento técnico adequado;

- Pesquisa de preços robusta;
- Fiscalização eficiente;
- Definição clara das especificações;
- Aplicação rigorosa das normas legais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é viável sob a ótica de gestão de riscos, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

### **23. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A presente contratação, destinada à aquisição de veículos para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, encontra-se devidamente alinhada ao planejamento administrativo e institucional do Município, na medida em que visa fortalecer a capacidade operacional da Pasta e assegurar melhores condições logísticas para o desempenho de suas atribuições.

A necessidade da contratação decorre da realidade funcional da Secretaria, que demanda estrutura de deslocamento adequada para apoio às atividades administrativas, técnicas, pedagógicas e operacionais relacionadas à rede municipal de ensino. A utilização de veículos mostra-se indispensável ao suporte das ações desenvolvidas pela SEMED, especialmente no acompanhamento de unidades escolares, no transporte de equipes em serviço, no apoio às rotinas de supervisão, fiscalização, distribuição de materiais, acompanhamento de demandas educacionais e demais atividades institucionais vinculadas à gestão da educação pública municipal.

A contratação também se justifica sob a perspectiva territorial e logística, considerando que a atuação da Secretaria não se esgota em atividades internas de gabinete, mas exige deslocamentos frequentes para atendimento de demandas externas, inclusive em áreas mais distantes, o que reforça a necessidade de veículos em condições adequadas de uso, segurança, confiabilidade e eficiência operacional.

Registra-se que a iniciativa foi submetida à apreciação da autoridade competente e se encontra inserida no contexto do planejamento da Administração Municipal, observando-se as etapas necessárias à adequada instrução processual, desde a formalização da demanda, levantamento da necessidade administrativa, definição do objeto, delimitação de requisitos técnicos, análise da solução mais adequada e elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Cumprir destacar que, ainda que o Plano Anual de Contratações – PAC esteja em processo de consolidação ou aperfeiçoamento administrativo, a presente contratação guarda plena compatibilidade com o planejamento estratégico municipal, uma vez que:

- Contribui para o fortalecimento da estrutura logística da Secretaria Municipal de Educação;
- Promove melhores condições de atendimento às demandas da rede pública de ensino;
- Evita a precarização ou insuficiência da estrutura de deslocamento da Pasta;
- Reduz riscos de descontinuidade administrativa em atividades que dependam de mobilidade institucional;
- Favorece maior eficiência no acompanhamento das ações educacionais desenvolvidas no âmbito municipal.

Além disso, a opção pela aquisição definitiva dos veículos, em vez da adoção de soluções precárias, improvisadas ou excessivamente dependentes de terceiros, revela-se compatível com os princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e do interesse público, permitindo que a Administração disponha de bens permanentes destinados diretamente ao atendimento de suas necessidades institucionais.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação é necessária, oportuna e materialmente compatível com o planejamento administrativo do Município, constituindo medida voltada ao fortalecimento da capacidade operacional da SEMED e à melhoria da prestação dos serviços públicos educacionais.

#### **24. CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS DE PLANEJAMENTO**

O presente Estudo Técnico Preliminar resulta de processo administrativo construído de forma planejada, coordenada e fundamentada, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à necessidade de motivação da contratação, definição da solução adequada e adequada formalização dos atos preparatórios.

A contratação em análise decorre da necessidade de prover a Secretaria Municipal de Educação – SEMED de meios materiais adequados ao desenvolvimento de suas atividades institucionais, notadamente no que diz respeito ao deslocamento de servidores, apoio logístico, acompanhamento das demandas da rede municipal de ensino e suporte operacional às ações administrativas e educacionais desenvolvidas no território do Município.

No âmbito do planejamento administrativo, verificou-se que a estrutura de mobilidade disponível à Secretaria demanda reforço, de modo a permitir maior eficiência, segurança e autonomia no cumprimento das

atribuições da Pasta. A insuficiência ou inadequação dos meios de deslocamento compromete diretamente a capacidade de resposta da Administração, dificulta o acompanhamento das unidades e ações sob responsabilidade da SEMED e fragiliza a execução de atividades essenciais ao funcionamento da política pública educacional.

Diante desse contexto, a necessidade foi formalmente apresentada e submetida à autoridade competente, a quem coube avaliar sua pertinência, relevância e aderência ao interesse público. Reconhecida a legitimidade da demanda, foi autorizada a adoção das providências necessárias à instrução da contratação.

Na sequência, foram promovidos os atos de planejamento pertinentes, abrangendo, entre outros aspectos:

- O recebimento e a consolidação das manifestações das unidades envolvidas;
- A análise da necessidade administrativa e da finalidade pública da contratação;
- A definição do objeto a ser contratado;
- A avaliação da natureza do bem pretendido;
- A delimitação dos requisitos técnicos mínimos;
- A verificação da solução mais adequada para atendimento da demanda;
- A estruturação das condições necessárias à futura contratação.

Também foram realizados os levantamentos de mercado e os estudos necessários à composição dos elementos técnicos e econômicos do processo, inclusive quanto à definição do valor estimado da contratação, à análise de viabilidade administrativa e à conformidade do objeto com a sistemática legal aplicável.

Todo esse conjunto de atos demonstra que a presente contratação não decorre de iniciativa isolada ou improvisada, mas de construção administrativa progressiva, amparada em justificativas técnicas, levantamento de necessidades reais e análise objetiva da solução reputada mais adequada ao atendimento da demanda pública.

Assim, o presente Estudo Técnico Preliminar materializa a consolidação dos atos de planejamento promovidos no âmbito da Administração Municipal, evidenciando que a contratação foi estruturada de forma colaborativa, motivada e coerente com as necessidades concretas da Secretaria Municipal de Educação, conferindo ao processo segurança jurídica, legitimidade administrativa e aderência ao interesse público.



## **25. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

Registra-se, para os devidos fins, que a necessidade administrativa que fundamenta a presente contratação, bem como os quantitativos estimados e as características essenciais do objeto pretendido, são de responsabilidade da unidade demandante, no caso, a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a qual procedeu ao levantamento de suas necessidades institucionais com base em sua realidade operacional, nas atividades desempenhadas no âmbito da rede municipal de ensino e nas exigências logísticas inerentes ao exercício de suas atribuições.

A formalização da demanda foi realizada por meio dos instrumentos administrativos cabíveis, notadamente o Documento de Formalização da Demanda – DFD e demais elementos instrutórios pertinentes, nos quais constam as justificativas técnicas da necessidade, a contextualização administrativa da contratação e os dados que subsidiam o presente planejamento.

Tais documentos integram o processo administrativo e constituem a base material sobre a qual se estrutura este Estudo Técnico Preliminar, conferindo suporte técnico à definição da necessidade pública e à demonstração da pertinência da contratação. Trata-se, portanto, de documentação produzida pela unidade demandante no exercício de sua competência, sendo de sua responsabilidade a exatidão das informações relacionadas à necessidade administrativa originária, à destinação dos bens e ao dimensionamento da demanda.

Compete à equipe de planejamento vinculada ao setor responsável pela instrução da contratação, com base nas informações formalizadas pela unidade demandante:

- Proceder à análise técnica dos dados apresentados;
- Avaliar a adequação da solução proposta à necessidade pública identificada;
- Estruturar os elementos técnicos do planejamento da contratação;
- Consolidar as informações constantes dos autos;
- Promover a instrução processual nos termos da legislação vigente.

Ressalta-se, entretanto, que a equipe de planejamento não detém competência para criar originariamente a necessidade administrativa nem para definir, de forma autônoma, os quantitativos inicialmente demandados, uma vez que tais elementos decorrem da realidade funcional e operacional da unidade requisitante. Sua atuação consiste na validação técnica, organização, consolidação e compatibilização das informações, a fim de assegurar coerência, viabilidade e regularidade ao processo de contratação.

Cabe, ainda, à autoridade competente e aos respectivos ordenadores de despesa a apreciação final quanto à conveniência e oportunidade da contratação, bem como a autorização para prosseguimento do feito, nos termos da legislação aplicável.

Desse modo, declara-se que o planejamento da presente contratação foi realizado de forma estruturada, colaborativa e devidamente fundamentada, com observância às competências de cada agente envolvido, assegurando-se transparência, segurança jurídica, regularidade procedimental e aderência às reais necessidades da Administração Pública Municipal.

## **26. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, atestando que sua elaboração observou as disposições dos Decretos Municipais vigentes, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, bem como os princípios que regem as contratações públicas.

Declaro, ainda, que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, estando devidamente justificada e fundamentada nos elementos, análises e informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, os quais demonstram o atendimento ao interesse público e a adequação da solução proposta às necessidades da Administração.

Tomé-Açu/PA, 08 de abril de 2026.

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ELABORADO POR:**

**Maria Eduarda Martins da Silva**

Focus Assessoria Técnica – T. DO S. M. DA SILVA  
Planejamento e Formalização de Licitações  
DEPARTAMENTO GERAL DE LIC. E CONTRATOS

### **ANALISADO E ACOMPANHADO POR:**

**Tatiana do Socorro Martins da Silva**  
Assessora Técnica – T. DO S. M. DA SILVA  
Assessoria em Licitações e Contratos



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

**ANEXO I — MODELO DE OFÍCIO PARA SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE CAUÇÃO**

À

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA

A empresa [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede à [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], portador(a) do CPF nº [CPF], vem, respeitosamente, solicitar a devolução do valor depositado a título de caução referente à garantia da proposta vinculada ao seguinte procedimento licitatório:

Pregão Eletrônico nº: [INFORMAR NÚMERO DO PREGÃO]

Processo Administrativo nº: [INFORMAR NÚMERO DO PROCESSO, SE HOUVER]

Objeto: [DESCREVER O OBJETO DA LICITAÇÃO]

Valor depositado: R\$ [INFORMAR VALOR]

Data do depósito/pagamento: [INFORMAR DATA]

Para fins de comprovação, segue anexo o respectivo comprovante de pagamento/depósito da caução, realizado em favor do Município de Tomé-Açu/PA.

**A restituição do valor poderá ser realizada por meio dos seguintes dados bancários:**

Banco: [INFORMAR BANCO]

Agência: [INFORMAR AGÊNCIA]

Conta: [INFORMAR CONTA]

Tipo de conta: [CORRENTE/POUPANÇA]

Titular da conta: [INFORMAR TITULAR]

CPF/CNPJ do titular: [INFORMAR CPF/CNPJ]

Chave PIX, se houver: [INFORMAR CHAVE PIX]

Declara a empresa solicitante que as informações prestadas são verdadeiras e que o pedido se refere exclusivamente à devolução da caução vinculada ao certame acima identificado.

Nestes termos, solicita-se o recebimento e processamento do presente pedido, com a adoção das providências cabíveis para devolução do valor, conforme regras previstas no instrumento convocatório.

Tomé-Açu/PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

[Nome do representante legal]

[cargo/função]

[razão social da empresa]

CNPJ nº [CNPJ]



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU**  
**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

---

Telefone: [INFORMAR]

E-mail: [INFORMAR]